

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 108, DE 2016****(Do Poder Executivo)****MSC 218/2016****AV 257/2016**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3594, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Lar Comunitário para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Poções, Estado da Bahia.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 460, de 9 de junho de 2015 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo, no município de Buriti Bravo – MG;
- 2 - Portaria nº 464, de 5 de junho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural Teresense, no município de Santa Teresa – ES;
- 3 - Portaria nº 468, de 5 de junho de 2015 – Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV, no município de Guarani – MG;
- 4 - Portaria nº 648, de 9 de junho de 2015 – Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente, no município de Autazes – AM;
- 5 - Portaria nº 743, de 9 de junho de 2015 – Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo, no município de Igaci – AL;
- 6 - Portaria nº 2.019, de 9 de junho de 2015 – Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois, no município de Anicuns – GO;
- 7 - Portaria nº 2.828, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural de Iati, no município de Iati – PE;
- 8 - Portaria nº 2.838, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Educativa e Artística de Brumadinho – ACRCEAB, no município de Brumadinho – MG;
- 9 - Portaria nº 2.940, de 12 de agosto de 2015 – Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Capitólio, no município de Capitólio – MG;
- 10 - Portaria nº 2.945, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Radiodifusão Belavistense, no município de São Sebastião da Bela Vista – MG;
- 11 - Portaria nº 2.952, de 30 de julho de 2015 – Associação Cultural Comunitária Joanopolense, no município de Joanópolis – SP;
- 12 - Portaria nº 2.959, de 30 de julho de 2015 – Associação dos Moradores e Produtores dos Bairros de Parambu, no município de Parambu – CE;
- 13 - Portaria nº 2.967, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema, no município de Itarema – CE;

- 14 - Portaria nº 2.969, de 30 de julho de 2015 – Associação de Moradores do Bairro Bento Marques - Cohab, no município de Tarauacá – AC;
- 15 - Portaria nº 2.973, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Libertense de Radiodifusão, no município de Liberdade – MG;
- 16 - Portaria nº 2.993, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Inocenciente de Comunicação e Marketing, no município de Inocência – MS;
- 17 - Portaria nº 3.149, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Barra, no município de Barra – BA;
- 18 - Portaria nº 3.422, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Rádio Tropical FM, no município Vera – MT;
- 19 - Portaria nº 3.424, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Clube do Machadinho de Radiodifusão, no município de Lauro Muller – SC;
- 20 - Portaria nº 3.555, de 5 de agosto de 2015 – Associação Cultural do Município de Indiará, no município de Indiará – GO;
- 21 - Portaria nº 3.591, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha, no município de Pratinha – MG;
- 22 - Portaria nº 3.594, de 19 de agosto de 2015 – Associação Lar Comunitário, no município de Poções – BA;
- 23 - Portaria nº 3.596, de 19 de agosto de 2015 – Associação Local de Obras Assistenciais, no município de Ferraz Vasconcelos – SP;
- 24 - Portaria nº 3.598, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Esperança de Iguatemi – ACEI, no município de Iguatemi – MS;
- 25 - Portaria nº 3.600, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski, no município de Dom Feliciano – RS;
- 26 - Portaria nº 3.603, de 19 de agosto de 2015 – Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo, no município de Campo Redondo – RN;
- 27 - Portaria nº 3.611, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, no município de Mirassol D'Oeste – MT;
- 28 - Portaria nº 3.612, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru, no município de Paracuru – CE;
- 29 - Portaria nº 3.617, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Arco-Iris, no município de Ibiraci – MG;
- 30 - Portaria nº 3.624, de 19 de agosto de 2015 – Associação dos Moradores do Serra Verde, no município de Porto Alegre – RS;
- 31 - Portaria nº 3.625, de 19 de agosto de 2015 – Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM Cultural e Comunicação Social, no município de Nova Esperança do Sul – RS;
- 32 - Portaria nº 3.631, de 19 de agosto de 2015 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca – ABCCM, no município de Meruoca – CE.

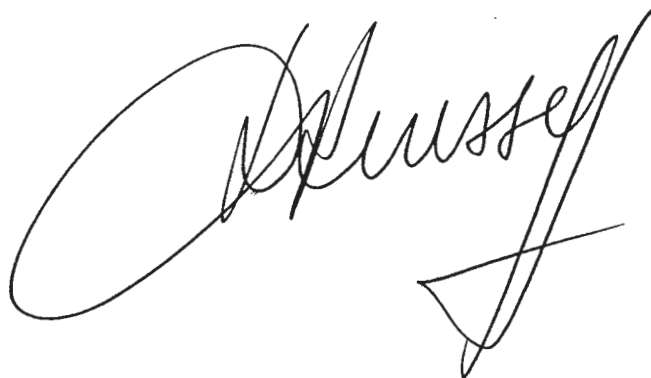
33 - Portaria nº 3.633, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, no município de Marcelândia – MT;

34 - Portaria nº 3.634, de 19 de agosto de 2015 – Fundação Deputado Walfrido Monteiro, no município de Icó – CE;

35 - Portaria nº 3.635, de 19 de agosto de 2015 – Associação Cultural Amigos de Dorcas de Campos – ASCAD, no município de Dorcas de Campos – MG; e

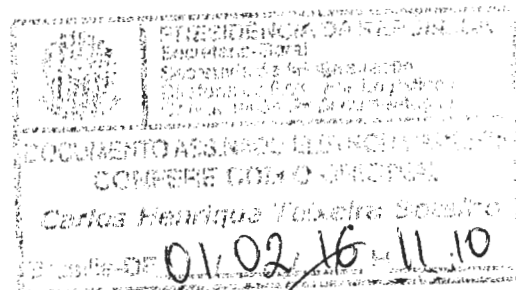
36 - Portaria nº 3.639, de 19 de agosto de 2015 – Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM, no município de Cravinhos – SP;

Brasília, 9 de maio de 2016.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Mussel', with a large, stylized flourish on the left and a sharp, downward-pointing stroke on the right.

53000.062556/2013-89

EM nº 00014/2016 MC



Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.062556/2013-89, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 02/10/2013, a autorização outorgada à Associação Lar Comunitário, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Poções/BA.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PORTARIA Nº 3594/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.062556/2013-89 e nº 53640.001175/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 02/10/2013, a autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO**, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Poções/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:44, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644325** e o código CRC **8ED4FA95**.

PRIMEIRA SECRETARIA	
RECEBIDO Nesta Secretaria	
Em <u>12/05/16</u>	às <u>14:30</u> horas
<u>LMR</u>	<u>5876</u>
Nome legível	Ponto

Aviso nº 257 - C. Civil.

Em 9 de maio de 2016.

MSC 212/2016


A Sua Excelência o Senhor
Deputado BETO MANSUR
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária constantes das Portarias nºs 460, 464, 468, 648, 743, 2.019, 2.828, 2.838, 2.940, 2.945, 2.952, 2.959, 2.967, 2.969, 2.973, 2.993, 3.149, 3.422, 3.424, 3.555, 3.591, 3.594, 3.596, 3.598, 3.600, 3.603, 3.611, 3.612, 3.617, 3.624, 3.625, 3.631, 3.633, 3.634, 3.635 e 3.639.

Atenciosamente,


EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

PRIMEIRA SECRETARIA
Em <u>12/05/16</u>
De ordem, ao Senhor Secretário- Geral da Mesa, para as devidas providências.
<u>Luiz César Lima Costa</u> Chefe de Gabinete

Secretaria-Geral da Mesa SENPO 12/Mai/2016 17:06
Ponto: 8104 Ass.: J
Dist.: 1-SEC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

53000.062556/2013-89

:: SEI / MC - 0176043 - Termo de Cadastro de Inf. Proc. no âmbito do ...

https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_



TVR
108/2016

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

São Paulo, 07 de outubro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 07/10/2014, às 15:46, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0176043** e o código CRC **384D78D1**.

27		/	/	63		/	/
28		/	/	64		/	/
29		/	/	65		/	/
30		/	/	66		/	/
31		/	/	67		/	/
32		/	/	68		/	/
33		/	/	69		/	/
34		/	/	70		/	/
35		/	/	71		/	/
36		/	/	72		/	/



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga.**

Protocolo nº: 53000.062556/2013-89 (Processo de Outorga nº 53640.001175/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicado no DOU DE 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação Lar Comunitário**, sediada na localidade de **Poções/BA** tem validade até 02/10/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 21 de janeiro de 2014.

VALÉRIA FERREIRA MACHADO
Chefe de Divisão

136 007.15/1992 02/10/13 6TDI
Ministério das Comunicações - SCF
Fls. 02
Rubrica

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

A ~~ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO~~, inscrita no CNPJ nº 16.232.571/0001-91, com sede na Rua Bernardes Fagundes nº 98, na cidade de ~~POÇÕES~~ Estado da ~~Bahia~~ CEP 45.260-000 e com a emissora de ~~rádio comunitária~~ instalada na Praça Monsenhor Honorato s/nº, da mesma cidade, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 661, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2001 e Decreto Legislativo nº 646/2003, publicado no Diário Oficial da União datado de 02 de outubro de 2003, vem, respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a ~~renovação da outorga~~ para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

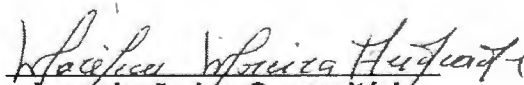
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 062556/2013-89

DRMC/SC

30/10/2013-16:01

Poções, BA, 30 de setembro de 2013.


Associação Lar Comunitário
Presidente

Nome do Presidente da Associação: MARILENE MOREIRA ANDRADE
CPF: 166.817.895-87

RECEBIDO

Em 29 / 10 / 2013 horas


Pedro Souza Donini
Engenheiro Eletrônico
PAC - 04 / Matrícula 4839800

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.232.571/0001-91 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/03/1988
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO LAR COMUNITARIO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 87.30-1-02 - Albergues assistenciais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R BERNADES FAGUNDES		NÚMERO 98	COMPLEMENTO
CEP 45.260-000	BAIRRO/DISTRITO SANTA RITA	MUNICÍPIO POCOES	UF BA
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 18/09/2013 às 15:08:50 (data e hora de Brasília).

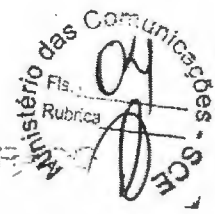
Página: 1/1

[Voltar](#)



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITARIO
POÇÕES-BAHIA



ESTATUTO

TITULO I

CAPITULO I - DA ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS

Art.1º)- A ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITARIO, pessoa juridica de direito privado, portadora do CGC/MF nº 16.232.571/0001-91, com sede à Rua Bernardes Fagundes nº 98 Bairro Santa Rita-Poções-Bahia SE Constitui de um corpo de cidadãos sem distinção de nacionalidade, religião, cor, ou política, que venham prestar relevantes serviços à Associação, por qualquer dos seus departamentos.

Art.2º)- A duração da Associação Lar Comunitário será por tempo indeterminado.

Art.3º)- Os destinos da Associação serão regidos por uma Junta Administrativa composta de 17 membros, eleitos bienalmente em sessão especial de Assembleia Geral, com direito à reeleição, podendo repetir-se indefinidamente.

Art.4º)- A Junta Administrativa será constituída por / Uma Diretoria Executiva, com cinco membros: Presidente, Vice Presidente, 1º Secretário, 1º e 2º Tesoureiros. Conselho Fiscal, com três membros; Diretoria Social, com quatro membros; Conselho Comunitário com cinco membros.

§ 1º)- Os membros da Junta Administrativa da Associação Lar Comunitário não serão remunerados, considerando a natureza dos serviços atandidos pela Instituição, de caráter social e filantrópico.

§ 2º)- A Instituição não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, nem remete / recursos a qualquer titulo, para o exterior.

§ 3º)- A Associação contribuirá para o aperfeiçoamento / profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a Legislação profissional vigente, colaborando para a capacitação dos cidadãos no exercicio do direito de expressão, da forma mais acessível possível.

Tabelionato de Notas e Protestos

Silvino Santos Lages
Auxiliar de Cartório

Comarca de Poções-Ba



[Handwritten signature]

II

CAPITULO II-DAS ATRIBUIÇÕES DA JUNTA ADMINISTRATIVA

Art.5º)- A escolha dos elementos da Junta Administrativa compete exclusivamente aos membros da Associação, em Assembleia Geral.

Art.6º)- Compete à Junta Administrativa tomar anualmente do Presidente da Associação um Relatório por intermédio do seu órgão / próprio Conselho Fiscal, relatório circunstanciado das atividades gerais inclusive financeiro da Associação.

§ Único- Se o Conselho Fiscal constatar qualquer irregularidade ou circunstâncias que façam temer pela situação financeira e a sobrevivência da Associação, requerer-se-á ao Presidente da Junta, uma convocação extraordinária.

Art. 7º)- Cabe à Junta por uma Comissão Executiva: a) Superintender todas as atividades da Associação. b) Promover subscrição ou qualquer outro meio permitido e decoroso, para aquisição de recursos pecuniários, indispensáveis ao preenchimento de seus fins humanitários, quando / lhe faltarem os próprios recursos para fazer face às despesas. c) aceitar heranças, legados ou doações e subvenções. d) firmar Convênios, representar a Associação em Juízo ou fora dele, passando procuração, assinada / pelo Presidente, bem como dirigir em seu nome, representações aos Poderes. e) zelar pelo exato cumprimento dos estatutos. f) suspender qualquer benefício, quando reconhecer indevidamente concedido, ou desnecessário.

§ 1º)- A Junta reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocada pelo Presidente ou por um terço da Junta.

§ 2º)- todas as decisões se tomarão por maioria, tendo o Presidente em caso de empate, voto de qualidade.

CAPITULO III-DA DIRETORIA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art.8º)- Ao Presidente compete: a) Presidir as sessões da Junta Administrativa. b) Encaminhar e regular seus trabalhos; exercer a Superintendência da Associação. c) abrir e despachar correspondências oficiais e particulares. d) abrir e encerrar os livros da Associação, rubricando todos. e) assinar com o Secretário a ata das sessões. f) convocar sessões extraordinárias. g) apresentar anualmente à Junta um minucioso balanço geral das atividades financeiro-administrativas. h) ter voto de / qualidade em caso de empate. i) fornecer à Junta, informações e esclarecimentos solicitados. l) assinar com o Tesoureiro as operações de crédito e visar cheques.



mm

Tabellionato de Notas e Protestos

Simone Santos Lemos
Auxiliar de Cartório

Comarca de Poções - Ba

CERTIFICO QUE A PRESENTE CÓPIA	
CON	RECEBUE
POÇÕES	13
YAS	

III

Art. 9º)- Ao Vice Presidente compete: a) substituir o Presidente no seu impedimento.

Art. 10º)- Ao 1º Secretário compete: a) substituir o Presidente no impedimento do Vice. b) manter em dia o arquivo geral da Associação. c) fazer a correspondência e ~~editais~~ editais de convocação deixando cópias.

Art. 11º)- Ao 2º Secretário compete: a) substituir o 1º Secretário no seu impedimento.

Art. 12º)- Ao 1º Tesoureiro compete: a) ter sob sua guarda todos os valores da Associação. b) superintender as atividades econômico-financeiras, os serviços de contabilidade, orçamento e Tesouraria da Associação. c) assinar com o Presidente os documentos relativos às operações de crédito, doações, contribuições, subscrições, auxílios e outros rendimentos destinados à Associação. d) apresentar mensalmente ao Presidente o balanço das receitas e despesas. e) prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Presidente da Junta. f) proceder pagamento com o visto / do Presidente. g) movimentar as contas bancárias com o visto do Presidente. h) escriturar mercantilmente os livros próprios da Tesouraria / por si ou por terceiros habilitados, sob sua exclusiva responsabilidade.

Art. 13º)- Ao Conselho Fiscal compete: a) proceder semestralmente a conferência de Caixa. b) elaborar no fim de cada exercício financeiro, o seu parecer sobre as contas apresentadas e opinar sobre as mesmas, bem como a arrecadação da renda, sua aplicação e escrituração, bem como a condição financeira e encargos da Associação.

Art. 14º)- A Diretoria Social compete: a) zelar pela saúde ativa dos frequentadores da Associação. b) tornar sadio o ambiente físico, dando condições aos ocupantes para completo bem estar. c) divulgar a nível municipal, estadual e nacional a Associação. d) promover encontros, lazer, festas e comemorações de conagração da Associação.

§ único - Compete à Diretoria Social angariar fundos para a Associação, através de campanhas, doações, ou outros meios legais, devidamente autorizada pelo Presidente ou seu substituto legal, ou em caso re levante por iniciativa própria.

Art. 15º)- O Conselho Comunitário, Órgão de acompanhamento será nomeado pela Diretoria Executiva da Associação Lar Comunitário, devendo as indicações serem aprovadas pela maioria dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

§ 1º)- Compete ao Conselho Comunitário, com o apoio das demais



Relatório de Notas e Protestos
Sint. Santos Legos
Auxiliar de Cartório
Comarca de Poções - Ba

IV

peças componentes da Junta Administrativa, adotará as providências junto aos órgãos competentes, para implantação de sistema de Radiodifusão Comunitária, obedecendo as exigências legais e a Lei nº 9612/98, firmando os documentos com o Presidente e Tesoureiro da Diretoria Executiva;

§ 2º)- O serviço de Radiodifusão Comunitária, atenderá em sua programação aos seguintes princípios: I - preferência e finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, em benefício do desenvolvimento geral da Comunidade; II- promoção das atividades artísticas e jornalísticas da Comunidade, da integração dos membros das comunidades atendidas. III- respeito aos valores éticos e sociais da pessoa da família, favorecendo a integração dos membros da Comunidade atendida. IV- não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-partidárias e condição social nas relações comunitárias. V- observar a pluralidade de opinião e de versão simultânea em matérias polêmicas, divulgando sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados. VI- abrir à comunidade o direito de emitir opiniões sobre / quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, observando o momento adequado da programação para fazê-lo e desde que manifestado por pedido encaminhado à Diretoria Executiva da Associação Comunitária.

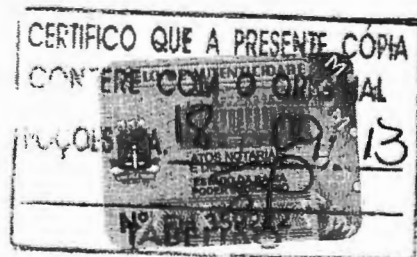
TITULO II- DAS FINALIDADES

CAPITULO IV-COMPETE À ASSOCIAÇÃO

Art. 16º)- Manter e desenvolver a Associação Lar Comunitário ou outros Institutos de Assistência ao menor e idosos, sendo / sua finalidade principal o exercício e prática de caridade segundo os princípios cristãos onde serão admitidos pessoas pobres, de ambos os sexos, respectivamente, sem distinção de idade, cor ou religião, estendendo a outras pessoas toda e ~~em~~ qualquer assistência que se enquadre nos seus princípios.

Art. 17º)- Em caso de dissolução da Associação Comunitária, atendidos os artigos anteriores, sendo a mesma decidida em Reunião de Assembleia Geral, o ACERVO móvel e imóvel passará a pertencer / à PARÓQUIA DO DIVINO ESPIRITO SANTO, da Cidade de Poções, mediante / documentação prevista na Lei vigente, escriturando-se os bens imóveis e lavrando-se Termo de Doação para os demais bens, firmado pelas partes / envolvidas.

§ único -Ocorrida a dissolução e a consequente doação, fica proibido a alienação dos bens imóveis, a qualquer título, recebidos



Tabelionato de Notas e Protestos
Simão Santos, Auxiliar de Cartório
Comarca de Poções - Ba

pela Diretoria.

Art.189)- Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva, com posterior informação, para conhecimento dos demais membros da Junta, no prazo de dez dias.

Art.199)- Os presentes Estatutos entram em vigor na data de sua aprovação.

Poções-Ba. 10 de junho de 1998.

Marilene Moreira Andrade
Marilene Moreira Andrade

Roberto Renan de Macêdo
Roberto Renan de Macêdo

Eduardo da Silva Borba
Eduardo da Silva Borba

Leda de Sena Nery
Leda de Sena Nery

José Pereira dos Santos
José Pereira dos Santos

Alda Valusia Ribens Marinho
Alda Valusia Ribens Marinho

Alda Valusia Ribeiro Marinho
Alda Valusia Ribeiro Marinho

Maria Zilda Moreira do Carmo
Maria Zilda Moreira do Carmo

Maria Zilda Moreira do Carmo
Maria Zilda Moreira do Carmo

Luiz Ferreira dos Santos Silva
Luiz Ferreira dos Santos Silva

Maria Ferreira dos Santos Silva
Maria Ferreira dos Santos Silva

Maria Zoraide Santana Leone
Maria Zoraide Santana Leone

Maria Zoraide Santana Leone
Maria Zoraide Santana Leone

Moses de Almeida Silva
Moses de Almeida Silva

Maria Ferreira
Maria Ferreira

Maria Ferreira
Maria Ferreira

Celia Maria Leone Sampaio
Celia Maria Leone Sampaio

Celia Maria Leone Sampaio
Celia Maria Leone Sampaio

Antônio Vaz de Moraes
Antônio Vaz de Moraes

Antônio Vaz de Moraes
Antônio Vaz de Moraes

Reconheço a(s) firma(s) retro ou supra em número de 13 assinalada(s) por esta com o meu sinal público

Poções-Ba.

20/06/98



Intendência de Notícias e Protestos
S. S. Santos
Auxiliar de Cartório
Comarca de Poções - Ba

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS

Forma de constituição: ☒ Sim ☐ Não

Associação comunitária

A4 282

Reg. Estatuto (alteração)

20 de Agosto

[Signature]



Intendente de Registro Civil
[Signature]
Auxiliar de Cartório
Comarca de Poços - Ba

VERBA DO

ATA DA REUNIÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIO, REALIZADA A DOIS DE JUNHO DO ANO DE 2012, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO, PARA A ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ENTIDADE, PARA O BIÊNIO JUNHO DE 2012 A MAIO DE 2014.

AOS DOIS (2) DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE (2012), ÀS VINTE HORAS, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO, LOCALIZADA A RUA BERNARDES FAGUNDES Nº 98, BAIRRO SANTA RITA, CIDADE DE POÇÕES - ESTADO DA BAHIA, REALIZOU-SE A REUNIÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DA INSTITUIÇÃO BENEFICENTE CITADA, PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA, COM VISTAS AO BIÊNIO JUNHO/2012 A MAIO/2014. APÓS OS TRABALHOS PELA PRESIDENTE MARILENE MOREIRA ANDRADE, QUE CONVIDOU OS ASSOCIADOS MOISES DE ALMEIDA SILVA, LÚZIA FERREIRA DOS SANTOS SILVA, CELIA MARIA LEONI SANT'ANA E ROBERTO REINAN DE MACÊDO, TAMBÉM CONVIDADO PARA SECRETÁRIO DA REUNIÃO, FOI DADA CIÊNCIA A TODOS OS PRESENTES, QUE A DIRETORIA, CONFORME REZA O ESTATUTO, SERÁ COMPOSTA POR UMA DIRETORIA E PELO CONSELHO FISCAL, ELEITOS PELA ASSEMBLEIA GERAL, PARA UM MANDATO DE DOIS ANOS. CONSIDERANDO A EXISTÊNCIA DE UMA ÚNICA CHAPA, CONCORRENTE AO PLEITO, OS SÓCIOS DELIBERARAM A VOTAÇÃO PELO SISTEMA DE ACLAMAÇÃO, SENDO ELEITOS OS SEGUINTE MEMBROS, INTEGRANTES DA CHAPA APRESENTADA, POR UNANIMIDADE: PRESIDENTE - MARILENE MOREIRA ANDRADE. VICE-PRESIDENTE - NOELIA ALVES GOMES, SECRETÁRIO - ROBERTO REINAN DE MACÊDO. TESOUREIRO - LÉDA DE SENA NERY. SUPLENTE - SILVÂNIA SILVA DE CARVALHO E EDUARDO SILVA BORBA. DIRETORIA SOCIAL - MARIA ZILDA MOREIRA DO CARMO, LÚZIA FERREIRA DOS SANTOS SILVA E MARIA ZORANE SANT'ANA LEONI. CONSELHO FISCAL: PRESIDENTE - MOISES DE ALMEIDA SILVA. SECRETÁRIO - CELIA MARIA LEONI SANT'ANA, SUPLENTE - MARIA FERREIRA

Departamento de Notas e Protestos

Simão Antônio Lemos

Auxiliar de Cartório

Comarca de Poções - Ba

CERTIFICO QUE A PRESENTE CÓPIA	
CONFERE COM O ORIGINAL	
POÇÕES - BA	13
Nº 123456789	

Bureau das Comunicações
Fl. 02

E MARIA LEONOR DE ANDRADE DA CUNHA, ESTANDO PRESENTES TODOS OS MEMBROS ELEITOS, ASSUMIM A DIREÇÃO DA MESA DOS TRABALHOS, A PRES. LÚZIA FERREIRA DOS SANTOS SILVA, DECLARANDO EM POSSADIA A PRESIDENTE ELEITA MARILENE MOREIRA ANDRADE, QUE JÁ NO PLENO EXERCÍCIO, DECLAROU EM POSSADOS OS DEMAIS MEMBROS DA DIRETORIA, DO CONSELHO FISCAL E DA DIRETORIA SOCIAL. ATO CONTINUO, A PRESIDENTE EM SEU NOME E DOS DEMAIS ELEITOS, FEZ UM LEVANTAMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS À FRENTE DA FUNDAÇÃO LAR COMUNITARIO EM CONJUNTO COM OS DEMAIS DIRETORES E O CONSELHO FISCAL, DISSERTANDO SOBRE AÇÕES FUTURAS, EM FAVOR DE CRIANÇAS, ADULTOS E MÚLTIPLOS BENEFÍCIOS PRESTADOS A PESSOAS CARENTES, ATENDIDAS PELA INSTITUIÇÃO, APESAR DOS POUCOS, MAS VÁRIOS RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS. AGRADECEU A COLABORAÇÃO DE TODOS, DETERMINANDO AO SR. ROBERTO REINAN DE MACEDO, SECRETÁRIO DA REUNIÃO DE ASSEMBLEIA GERAL, QUE LAVRASSE A PRESENTE ATA, QUE LIDA E ACHADA CONFORME, VAI APROVADA E ASSINADA POR TODOS OS ASSOCIADOS E POR ELE, SECRETÁRIO, QUE A LAVREI E SUBSCREVO.

POÇOS-BR. 02 DE JUNHO DE 2012.

Flávia dos Santos Chaves - Presidente

Roberto Reinan de Macedo - SECRETÁRIO

Luiza Ferreira dos Santos Silva - Tesoureira

Célia Maria Leoni Loureiro

Neelma Alves Gomes

Silvana Silva de Carvalho

Edna da Silva Dantas

Maria Zilda Moreira do Carmo

Maria Goreide Santa Ana Leone

Maria Ferreira

Tabellionato de Notas e Protestos
Flávia dos Santos Chaves
Adv. do Cartório
Câmara do Povo

RECONHECIMENTO A(S) FOLHA(S) RETORNO OU
EM NÚMERO DE 03
POR SEMELHANÇA
POÇOS-BR. 02 DE JUNHO DE 2012
Nº 12
TAMPA 00053



Arquiteto de Registro e Projetos
Simão Santos
Auxiliar de Cartório
Comarca de Poções - Ba



Maria Leonor de Andrade da Cunha
 Aguiar & H. Heed & Co.

Wm. H. Reed & Co.

Maria Dalcina M. Andrade

Suzana Sifra Carmalho.

Guillermo Siko Saura

3. Zircsokorok des 5. ontas

Magda da Silva Souza

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - POCÕES DA

24-MF-13243-100-1-8

La presente è debitamente registrata alla data, 7/1/1940, Esiguita da

...ção X, da Pessoa Jurídica denominada ASSO -

~~LACAS LAS COMUNITARIAS~~

~~March 14~~ 1968. S. J. H. 1000, No. 1000, Sub. C n° 1573

CONVOCÓRIA À VERBAÇÃO DE ATA REFERENTE AO

REGISTRO Nº 130 DO LIVRO A-2

BOGOTÁ, 13 de MARZO de 2013

del valentino barto netto
Trento 2014/2015

Visual Illustrators & Fabrication

Daye Série 004, N° 860728, R\$ 340,70

CERTIFICADO QUE A PRESENTE COPIA
CONTEHE O ORIGINAL
1000 12 13 13
1000 12 13 13
1000 12 13 13

~~Tratamento com o E. coli~~

Santos
Auxiliar de Cartão

-Comarca de Foções - Ba

AVERBADO

Ata nº. 01/2013



ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO

Aos 05 dias do mês de Junho de 2013, às 11:00h, na cidade de Poções, Ba, reuniu-se o Conselho Comunitário da Associação Lar Comunitário / Rádio Comunitária Liberdade FM 87,9 de Poções, constituído da seguinte maneira: Associação Comunitária da Liberdade, Escolas Públicas de Poções, Pastoral da Juventude, Estudantes de Ensino Superior de Poções. A reunião foi presidida pelo Sr. Florisvaldo Cerqueira Pinheiro, representante das escolas públicas de Poções. O objetivo da reunião examinar e avaliar a grade de programação da emissora. O Presidente fez a leitura da grade de programação e colocou a palavra à disposição dos presentes para avaliação e manifestações. Todos aprovaram a grade de programação na íntegra e se manifestaram dizendo que a mesma atende as necessidades e os interesses da comunidade.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:30h.

Presidente do Conselho Comunitário: Florisvaldo B. Pinheiro

Representante da A. Com. Da Liberdade: Sirlene Cerqueira Pinheiro

Representante da Pastoral da Juventude: Ingrid Alves Braga Martins

Representante dos Estudantes do Ensino Superior: Paulo Roberto Elias Sampaio

Representante dos Estudantes Secundaristas: Gláucia Rodrigues da Silva

Tabelionato de Notas e Protesto de Poções

Titular: Livia Liana Alves de Araújo

Reconheço por SEMELHANÇA (s) a (s) firma (s) abaixo:

[HexbGJ60] - FLORISVALDO CERQUEIRA PINHEIRO

[HexbH8v0] - SIRLENE CERQUEIRA PINHEIRO

Poções-BA, 03/10/2013

Em testemunho da verdade.

FLÁVIA DOS SANTOS CHAVES
ESCREVENTE DE CARTÓRIO

Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções-BA
Tel: (77) 3431-1840; Emol: R\$ 3,10

Tabelionato de Notas e Protesto de Poções

Titular: Livia Liana Alves de Araújo

Reconheço por SEMELHANÇA (s) a (s) firma (s) abaixo:

[HexbIGe0] - INGRID ALVES BRAGA MARTINS

[HexbHxK0] - PAULO ROBERTO ELIAS

Poções-BA, 03/10/2013

Em testemunho da verdade.

FLÁVIA DOS SANTOS CHAVES
ESCREVENTE DE CARTÓRIO

Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções-BA
Tel: (77) 3431-1840; Emol: R\$ 3,10

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - COMARCA DE POÇÕES - BA.
CNPJ-MF nº 13.243.076/0001-90

Protocolo nº 032 Folha 004 V Livro 01
Certifico e dou fé que foi () Registrado (a) (X) Averbado nesta data, () Estatuto de
Constituição (X) Ata da Pessoa Jurídica denominada: Averbacao
Par Comunitario

Livro nº A-15 Reg. P. Jurídicas, fls. 214 sob o nº 1655
Corrência (s) Averbacao de Ata referente ao
negotio nº 130 do Livro A-2
Poções (BA), 03 de Outubro de 2013

03
Sel. Valentino Sarno Netto - Oficial Registrador e Especialista.

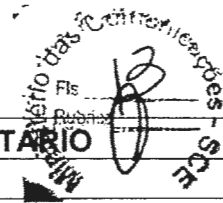
May Série 007 Nº 125597, R\$ 240,70



Tabelionato de Notas
Flavio dos Santos Chaves
Cartorio
Comarca de Poções - BA

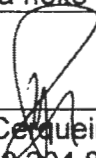



Tabelionato de Notas e Protestos
Flavio dos Santos Chaves
Cartorio
Comarca de Poções - BA

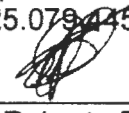



GRADE DE PROGRAMAÇÃO - ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO		
Poções - BA - Frequência 87,9 MHz – Liberdade FM		
DE SEGUNDA A SEXTA		
Hora	Programa	
05:00 às 06:20	Programa Viola Cabôcla	Sertanejo Raiz
06:20 às 07:00	Informe Liberdade I Edição	Jornal, informativo, entrevistas, espaço para o povo, reclamações
07:00 às 08:00	Programa Fina Estampa	Músicas Regionais
08:00 às 09:00	A Hora da Família	Pastoral Familiar
09:00 às 12:00	Programa Revista Matinal	Músicas variadas, entrevistas
11:00 às 12:00	Sexta: Falando com o Prefeito	Programa da prefeitura, espaço para reclamações da população, idéias.
12:00 às 13:00	Informe Liberdade II Edição	Jornal, informativo, entrevistas, espaço para o povo, reclamações
13:00 às 14:00	Programa Sagrada Face - Missionárias	Músicas Religiosas
14:00 às 16:30	Programa Estação Liberdade	Músicas variadas, entrevistas
16:30 às 17:00	Segunda: Programa do SINSEP	Sindicato dos trabalhadores
16:30 às 17:00	Terça: Programa da Pastoral da Sobriedade	Grupo AA
16:30 às 17:00	Quarta: Programa de Bem com a Vida	Pastoral do Idoso
16:30 às 17:00	Quinta: Programa do Conselho Tutelar	Conselho Tutelar
16:30 às 17:00	Sexta: Programa Saúde e Você	Enfermeiros e técnicos de saúde da cidade
15:00 as 16:00	Programa Toque de Vida- Igreja Católica Santa Rita de Cássia	Terço da misericórdia e pedidos de oração.
17:00 às 18:00	Programa Caminho da Roça	Forró, cultura

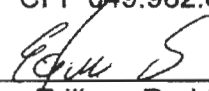
18:00 às 19:00		Setores em Missão	Comunidades
19:00 às 20:00		A voz do Brasil	Retransmissão
20:00 às 22	Segunda	Transmissão da sessão da câmara de vereadores	
20:00 às 23:00		Programa som da noite	Músicas românticas


 Florisvaldo Cerqueira Pinheiro
 CPF 019.204.895-33


 Sirlene Cerqueira Pinheiro
 CPF 025.079.445.44

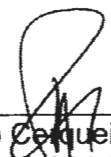

 Paulo Roberto Elias Sampaio
 CPF 035.639.255.42



 Ingrid Alves Braga Martins
 CPF 049.982.615.92


 Edilson Rodrigues da Silva
 CPF 916.545.805.20




GRADE DE PROGRAMAÇÃO - ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO		
Poções - BA - Frequência 87,9 MHz – Liberdade FM		
SÁBADO		
Hora	Programa	
05:00 às 07:00	Programa Viola Cabôcla	Sertanejo Raiz
07:00 às 08:00	Caminhando com as comunidades	Comunidades Rurais
08:00 às 09:00	Programa Tele-sucesso	Músicas Variadas
09:00 às 12:00	Programa Conexão interativa	Programa jovem
12:00 às 14:00	Programa Paradão popular	Músicas antigas e populares
14:00 às 15:00	Programa Jovem Hits	Programação jovem
15:00 às 17:00	Programa Da rua pra rua	Conexão Hip-Hop Poções
17:00 às 18:00	Programa Verdade e Vida	Gospel
18:00 às 19:00	Santo Ofício	Comunidades
19:00 às 20:00	Ponte Alternativa	Espaço para os artistas alternativos
20:00 às 23:00	Programa Dj 87	Dance Music



Florisvaldo Carneira Pinheiro
CPF 019.204.895-33



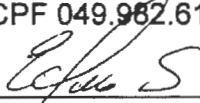
Sirlene Cerqueira Pinheiro
CPF 025.079.445.44




Paulo Roberto Elias Sampaio
CPF 035.639.255.42



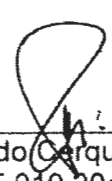
Ingrid Alves Braga Martins
CPF 049.982.615.92




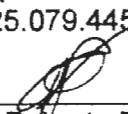
Edilson Rodrigues da Silva
CPF 916.545.805.20




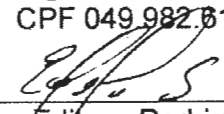
GRADE DE PROGRAMAÇÃO - ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO		
Poções - BA - Frequência 87,9 MHz – Liberdade FM		
DOMINGO		
Hora	Programa	
05:00 às 07:00	Relembrando o passado	Músicas antigas
07:00 às 08:00	Programa Setores em Missão	Preces
08:00 às 09:30	Missa	Transmissão da Missa
09:30 às 18:00	Programação musical	Músicas variadas
18:00 às 19:30	Programa setores em Missão	Preces
19:30 às 21:00	Missa	Transmissão da Missa


 Florisvaldo Cerqueira Pinheiro
 CPF 019.204.895-33


 Sirlene Cerqueira Pinheiro
 CPF 025.079.445.44


 Paulo Roberto Elias Sampaio
 CPF 035.639.255.42


 Ingrid Alves Braga Martins
 CPF 049.982.615.92

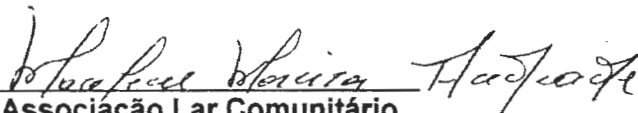

 Edison Rodrigues da Silva
 CPF 916.545.805.20



DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011.

Poções, BA, 30 de setembro de 2013.

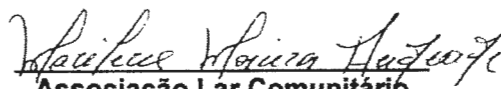

Associação Lar Comunitário
Marilene Moreira Andrade
CPF 166.817.895-87
Presidente

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA**



Eu, MARILENE MOREIRA ANDRADE, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO**, com sede na Rua Bernardes Fagundes nº 98, na cidade de POÇÕES, Estado da Bahia, CEP 45.260-000 e com a emissora de rádio comunitária instalada na Praça Monsenhor Honorato s/nº, da mesma cidade, declaro que a emissora de radiodifusão comunitária encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Poções, BA, 30 de setembro de 2013.


Associação Lar Comunitário
Marilene Moreira Andrade
CPF 166.817.895-87
Presidente

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO LAR COMUNITARIO

CNPJ: 16.232.571/0001-91

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:30:31 do dia 29/10/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/11/2013.

Certidão expedida gratuitamente.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 6018/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.062556/2013-89**

Processo de Outorga nº: 53640.001175/1998-51

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Lar Comunitário**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Poções/BA.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação do artigo 3º ao disposto nos itens 8.2 e 8.3 da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

(...)

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;

(...)

8.3. *Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:*

a) estabeleçam os critérios para ingresso e exclusão dos associados;

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

e) estabeleçam os direitos e deveres dos associados;

f) especifiquem as fontes de recursos para manutenção da entidade;

(...)

h) determinem as competências da Assembleia Geral, observando as disposições constantes dos art. 59 e 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. Ata de Eleição da diretoria **em exercício**, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

IV. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

V. CPF de todos os atuais dirigentes.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 07/08/2014, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline de Almeida Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 07/08/2014, às 12:09, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0066248** e o código CRC **8731576E**.



Ministério das Comunicações
Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, bloco 1, Mezanino
CEP: 05311-900 São Paulo-SP
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 5776/2014/SEI-MC

São Paulo, 01 de agosto de 2014

À Senhora

MARILENE MOREIRA ANDRADE

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO

Rua Bernardes Fagundes, 98

45260-000 / Poções – BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.062556/2013-89.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 6018/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



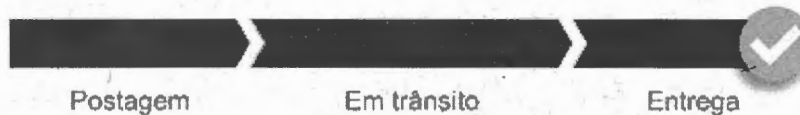
Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 07/08/2014, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0066249** e o código CRC **B18C512E**.

JH 880 582 057 BR**Rastreamento**

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10, SEDEX 12 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
11/09/2014 13:57 POCOES / BA

11/09/2014
13:57
POCOES / BA

Objeto entregue ao destinatário

11/09/2014
09:23
POCOES / BA

Objeto saiu para entrega ao destinatário

03/09/2014
10:26
SAO PAULO / SP

Objeto postado

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ASS. LAR. COMUNITÁRIO

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA BERNARDES FAGUNDES, 98

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

45260-000

POÇOS

BA

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

OF 5776/74

PROC 53000.062556/13-83

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Manoel M. Azeite

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

11/09/14

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT



Diogo Chulu C. Leto
Carteiro
t. 8.088.725-2

POÇOS

11 SET 2014

75240203-0

FC0463 / 16

BA 114 x 166 mm

 CORREIOS DO BRASIL DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT	AVISO DE RECEBIMENTO AVIS CN07 23 SET. 2014	AR JH 88058205 7 BR <small>(NÚMERO DE REGISTRO DO OBJETO)</small>
	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON	
PREENCHER COM LETRA DE FORMA		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE CIDADE / LOCALITÉ		
UF		BRASIL
[] [] [] [] [] [] [] []		

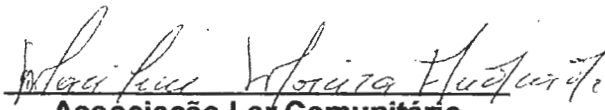
ENDEREÇO PARA
 DEVOLUÇÃO
 RETOUR

Ilmo. Sr.
Delegado Regional do Ministério das Comunicações
SÃO PAULO - SP

53000.020518/2014-96
07/10/14

Segue em anexo Ata da Eleição da diretoria em exercício, Estatuto Social, cópias do RG e CPF dos atuais dirigentes, referente ao Ofício nº **5776/2014/SEI – MC** e a Nota Técnica nº **6018/2014/SEI - SC**, de 01 de agosto de 2014, referente ao processo nº **53000.062556/2013-89**, que versa sobre a Renovação de Outorga da Associação Lar Comunitário, da cidade de Poções, BA.

Atenciosamente


Associação Lar Comunitário
Marilene Moreira Andrade
CPF 166.817.895-87
Presidente

Poções, BA, 02 de Outubro de 2014.

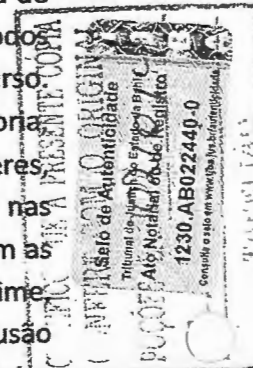
AVERBADO



"ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO, REALIZADA A 10-09-2014, POR CONVOCAÇÃO DA DIRETORIA, NA SEDE DA ENTIDADE, EM POÇÕES- BAHIA."

"Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, às vinte horas, na sede social à rua Bernardes Fagundes, 98 na cidade de Poções- Estado da Bahia, por convocação da Diretoria, realizou Reunião Extraordinária da Assembleia Geral da Associação Lar Comunitário, para deliberar sobre alterações a serem introduzidas no Estatuto da Instituição, de forma a atender e torná-lo adequado à Legislação em vigor, conforme recomendações contidas em nota técnica Nº 6018/2014/SEI-MC. pelo órgão competente do MC, após análise do processo Nº53000.062556-89- Renovação de Outorga para funcionamento de radiofusão comunitária. Abertos os trabalhos formada a mesa Diretora, a Presidente da Associação, Profª Marilene Andrade leu a correspondência recebida da Delegacia do Ministério das Comunicações, sediada em São Paulo, explicando aos associados presentes, as novas exigências do Ministério, concernentes á busca de maior segurança no que se refere aos processos de renovação para funcionamento mediante outorga, de rádios comunitárias no território nacional. Informou a elaboração de minuta das alterações entendidas como necessárias, já introduzidas no novo texto do Estatuto, para exame e aprovação dos associados. Salientou que com as alterações, o mandato da Diretoria atual passará de dois para quatro anos, permitindo apenas uma recondução por igual período, de todos ou alguns dos membros eleitos e empossados a dois de junho do exercício em curso. As mudanças propostas, versaram basicamente a respeito do mandato da Diretoria atribuições da Assembleia Geral, ingresso gratuitos de sócios, seus direitos e deveres, participação de pessoas jurídicas como associados, com direito a voz e votos nas deliberações, por seus representantes legais. Lido o texto integral do Estatuto, com as introduções propostas, a Assembleia Geral deliberou pela aprovação unânime considerando a importância do funcionamento dos serviços de Radiofusão Comunitária, com livre acesso da comunidade em geral, vez que o serviço radiofônico abrange as comunidades urbana e rural do Município. A senhora Presidente informou aos sócios presentes, que a matéria será entregue imediatamente ao cartório competente, para registro e posterior remessa ao Ministério das Comunicações. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença o interesse e a participação de todos, mandando que fosse lavrada presente Ata que lida e aprovada, vai assinada pelos integrantes da mesa e pelos associados que permaneceram no recinto.

Tabelionato de Notas e Protestos
Flávia dos Santos Chaves
Id de Cartório
Comarca de Poções - Ba



Poções- Ba 10 de setembro de 2014

Marilene Andrade
Marilene Andrade

Tiago Martiniano C. Meira
OAB/BA 23007

Marilene Moreira Andrade
Marilene Moreira Andrade- Presidente



Roberto Renan de Macedo
Roberto Renan de Macedo- Secretário

Lêda de Sena Nery
Lêda de Sena Nery - Tesoureira

Noélia Alves Gomes
Noélia Alves Gomes - Vice Presidente

Tabelionato de Notas e Protesto de Poções/BA
Titular: Livia Liana Alves de Araújo
Reconheço por SEMELHANÇA (s) a (s) firma (s) abaixo:

[GNHwfyv1]-MARILENE MOREIRA ANDRADE.....
[GNHwfyv0]-ROBERTO RENAN DE MACEDO.....

Poções-BA, 30/09/2014
Em testemunho da verdade.

FLÁVIA DOS SANTOS CHAVES
ESCREVENTE DE CARTÓRIO
Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções-BA
Tel: (77) 3431-1640 ; Emol: R\$ 3,30



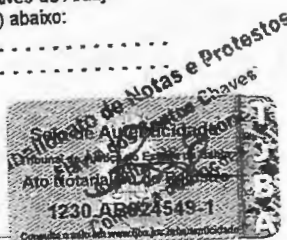
Tabelionato de Notas e Protestos
Flávia dos Santos Chaves
Auxiliar de Cartório
Comarca de Poções - BA

Tabelionato de Notas e Protesto de Poções/BA
Titular: Livia Liana Alves de Araújo
Reconheço por SEMELHANÇA (s) a (s) firma (s) abaixo:

[GNHwfyv0]-LEDA DE SENA NERY.....

Poções-BA, 30/09/2014
Em testemunho da verdade.

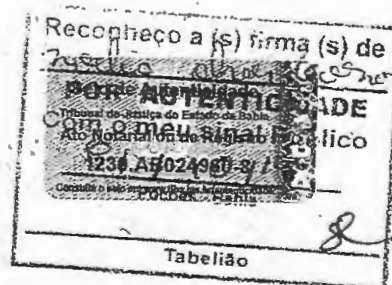
FLÁVIA DOS SANTOS CHAVES
ESCREVENTE DE CARTÓRIO
Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções-BA
Tel: (77) 3431-1640 ; Emol: R\$ 3,30



Tiago Martiniano C. Meiro
OAB/BA 23007

Tabelionato de Notas e Protestos

Flávia dos Santos Chaves
Auxiliar de Cartório
Comarca de Poções - BA



Tabelionato de Notas e Protestos

Flávia dos Santos Chaves
Auxiliar de Cartório
Comarca de Poções - BA

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - COMARCA DE POÇOS - BA.

CNPJ-MF nº 13.243.076/0001-90

Protocolo nº 05/329 Folha 0211 Livro 1

Certifico e dou fé que foi () Registrado (x) Averbado nos autos (x) Estatuto de

Constituição (x) Ato da Pessoa Jurídica () Denominação: Associação
Lar Comunitário

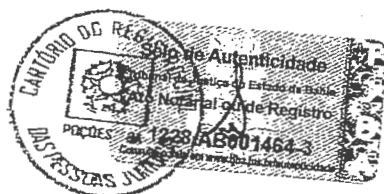
Livro nº A-17 Reg. Arquiv. nº 64/74 sob o nº 1740

Ocorrência (x) Averbação referente aos Registros
nºs 129 e 130 Livro A-2

Poções (BA) 01 de Outubro de 2014

Bel. Valentino Sarno Netto - Oficial Registrador e Especialista

DAJE SÉRIE 030 Nº 804450 R\$ 254,68



AVERBADO

ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITARIO

POÇÕES – BAHIA



O Estatuto da Associação Lar Comunitário, passa a ter a seguinte redação, após as alterações introduzidas pela Assembleia Geral, em Sessão Extraordinária, realizada em sua sede social a 10/09/2014, atendendo recomendações do Ministério das Comunicações.

ESTATUTO

TÍTULO I

CAPÍTULO I – DA ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS

Art.1º) – A ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITARIO, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CGC/MF nº 16.232.571/0001-91, com sede à Rua Bernardes Fagundes nº 98 Bairro Santa – Poções- Bahia SE Constitui de um corpo de cidadãos sem distinção de nacionalidade, religião, cor, ou política, que venha prestar relevantes serviços à Associação, por qualquer de seus departamentos.

Art.2º) – A duração da Associação Lar Comunitária será por tempo indeterminado.

Art.3º) – Os destinos da Associação Lar Comunitária, serão redigidos por uma junta Administrativa composta por dezessete (17) membros e alguns suplentes, eleitos por voto secreto ou por quatriênio, pela Assembléia Geral em sessão especial, para um mandato de quatro anos, com direito a uma recondução única, por igual período.

Art.4º) – A Junta Administrativa será constituída por uma Diretoria Executiva, com cinco membros: Presidente, Vice Presidente, 1º Secretario, 1º e 2º Tesoureiros. Conselho Fiscal, com três membros; Diretoria Social, com quatro membros; Conselho Comunitário com cinco membros.

§ 1º) - Os membros da junta Administrativa da Associação Lar Comunitário não serão remunerados, considerando a natureza dos serviços atendidos pela Instituição, de caráter social e filantrópico.

§ 2º) - A Instituição não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, nem remete recursos a qualquer titulo, para o exterior.



TIAGO MARTINIANO CAMPOS ML
Procurador
OAB/BA. 23097
Mat. 1684

Arbiterato de Notas e Protestos
Flavio Santos Chaves
Cartório de Cartório
Comarca de Poções - BA

inf. Teo
[Signature]



§ 3º) – A Associação contribuirá para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a Legislação profissional vigente, colaborando para a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, da forma mais acessível possível.

CAPITULO II – DOS SÓCIOS, SEUS DIRETORES E DEVERES

Art.5º) – A Associação Lar Comunitário é Constituída por numero ilimitado de Sócios, permitindo o livre ingresso de pessoas que residam na área de abrangências dos serviços que não tenham impedimento legal, os quais serão das seguintes categorias a saber:

§ 1º) – São Sócios efetivos, pessoas Físicas, ou Jurídicas, sem impedimento legal que assinaram os atos constitutivos da Entidade.

§ 2º) - São sócios colaboradores, pessoas Físicas ou Jurídicas, sem impedimento legal, que venham a contribuir na execução de projetos e na realização dos objetivos da Associação Lar Comunitário.

§ 3º) – São considerados sócios Beneméritos, pessoas ou Instituições que se destacaram por trabalhos que se coadunem com os objetivos da Associação.

Art.6º) – Os Associados qualquer que seja sua categoria, não respondem Individualmente, solidaria ou subsidiariamente, por obrigações da Associação Lar Comunitário, nem pelos atos praticados pelo Presidente ou Diretor Executivo.

§ 1º) – A Admissão de novos sócios, de qualquer categoria será decidida pela Assembléia Geral, mediante proposta de sócios efetivos ou da Diretoria.

§ 2º) – Fica Assegurandô, nos termos Art.5- 1º), Ingresso gratuito de pessoas Físicas e pessoas Jurídicas (sem fins lucrativos) do pais, com direito a voz e voto nas diversas Instancias Administrativas, por seus representantes legais.

Art.7º) – São Direito dos Associados.

§1º) – Participar de toas as atividades associativas, podendo votar e ser votados para todos os cargos da Associação.

§ 2º) – Propor criação e tomar parte em grupós de trabalho ou comissões, quando designados.

§ 3º) – Apresentar propostas, programas e projetos de ação para a Associação Lar Comunitário.

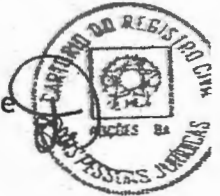
Art.8º) – São deveres dos Associados.



Tabelionato de Notas e Protestos
Flávia dos Santos Chaves
Auxiliar de Cartório
Comarca de Póçoas - BA

TIAGO MARTINIANO CAMPOS MFP
Proc.ado
OAB/BA 23.
Mat. 584

§ 1º) – Observar o Estatuto, regulamentos, deliberações, regimentais e resoluções dos órgãos da entidade.



§2º) – Cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da Associação Lar Comunitário e difundir seus objetivos e ações.

Art.9º) - Considera-se falta grande, passível de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material para a Associação Lar Comunitário.

CAPITULO III – DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Art.10º) – A Assembleia Geral é o órgão maximo da Associação Lar Comunitário, sendo constituída pelos Sócios de todas as categorias.

Art.11º) - A Assembléia geral reúne-se à extraordinariamente, sempre que necessário e ordinariamente1 (uma) vez por ano, para deliberar sobre os seguintes temas:

§ 1º) – Apreciação e aprovação do balanço anual e demais Relatórios Financeiros do exercício anterior e a previsão orçamentária com o plano anual de trabalho para o novo exercício.

§ 2º) - Nomeação ou destituição do Diretor Executivo.

§ 3º) – Escolha dos membros da junta Administrativa, que regerá os destinos da Instituição.

§ 4º) - Deliberar sobre a Admissão de novos Associados e reforma ou alteração do estatuto.

§5º) – Deliberar sobre a extinção da Associação e a destinação do patrimônio Social.

§ 6º) – Deliberar sobre casos omissos e não previstos neste Estatuto.

CAPITULO IV – DO PATRIMONIO

Art.12º) – O Patrimônio da Associação Lar Comunitário, constituir-se-à de bens moveis e imóveis, doações e contribuições de pessoas Fiscais e/ou Jurídicas, podendo ainda aplicar recurso oriundos de convênios e/ou subvenções do poder Publico devidamente autorizados.

CAPITULO V DAS ATRIBUIÇÕES DA JUNTA ADMINISTRATIVA



Cartório de Notas e Protestos
Flávia dos Santos Chaves
Cartório de Poções - Ba

TIAGO MARTINIANO CAMPOS MEIRA
Procurador



Art. 13º)A escolha dos elementos da junta administrativa compete exclusivamente aos membros da Associação, em Assembléia geral.

Art. 14º) compete a junta Administrativa tomar anualmente do Presidente da Associação Lar Comunitário por intermédio do seu órgão/próprio Conselho Fiscal, relatório circunstanciado das atividades gerais inclusive financeiro da Associação.

§ único – Se o Conselho Fiscal constatar qualquer irregularidade ou circunstâncias que façam temer pela situação financeira e a sobrevivência da Associação, requerer-se-á ao Presidente da junta, uma convocação extraordinária.

Art. 15º) Cabe a junta por uma Comissão Executiva: a) Superintender todas as atividades da Associação. B) Promover subscrição ou qualquer outro meio permitido e decoroso, para aquisição de recursos pecuniários , indispensáveis ao preenchimento de seus fins humanitários, quando os próprios recursos para fazer face as despesas. c), aceitar heranças, legados ou doações e subvenções. d) firmar convênios, representar a Associação em juízo ou fora dele, passando procuração, subscrita pelo presidente, bem como dirigir em seu nome, representações aos Poderes. e) zelar pelo exato cumprimento dos estatutos. f) suspender qualquer benefício, quando reconhecer indevidamente concedido, ou desnecessário.

§ 1º) - A junta reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocada pelo Presidente ou por um terço das Junta.

§ 2º) – Todas as decisões se tomarão por maioria, tendo o Presidente em caso de empate, voto de qualidade.

CAPITULO VI – DA DIRETORIA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 16º) – Ao Presidente compete: a) Presidir as sessões da junta administrativa. b) Encaminhar e regular seus trabalhos; exercer a superintendência da Associação. d) abrir e despachar correspondências oficiais e particulares. e) abrir e encerrar os livros da Associação, rubricando todos. f) assinar com o secretário a ata das sessões. g) convocar sessões extraordinárias. h) apresentar anualmente à junta um minucioso balanço geral das atividades financeiro-administrativas. i) ter voto de qualidade em caso de empate. j) fornecer a junta, informações e esclarecimentos solicitados. 1) assinar com o Tesoureiro as operações de créditos e visar cheques.

Art. 17º) – Ao vice Presidente compete: a) substituir o presidente no seu impedimento.

Art. 18º) – Ao 1º Secretário compete: a) substituir o Presidente no impedimento do Vice. b) manter em dia o arquivo geral da associação. c) fazer a correspondência e editais de convocação deixando cópias.



Tabelionato de Notas e Protestos
Flávia dos Santos Chaves
Mônica de Cartório
Comarca de Póços - BA

TIAGO MARTINIANO CAMPOS MEIRA
Procurador
OAB/BA. 23637



Art. 19º) – Ao 2º secretário compete: a) substituição do 1º secretário no seu impedimento.

Art. 20º) – Ao 1º tesoureiro compete: a) ter sob sua guarda todos os valores da associação. b) superintender as atividades econômico-financeiras, os serviços de contabilidade, orçamento e Tesouraria da Associação. c) assinar com o presidente os documentos relativos às operações de crédito, doações, contribuições, subscrições auxílios e outros rendimentos destinados à Associação. d) apresentar mensalmente ao Presidente o balanço das receitas e despesas. e) prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo presidente da junta. f) proceder pagamento com o visto / do presidente. g) movimentar as contas bancárias com o visto do Presidente. h) escriturar mercantilmente os livros próprios da Tesouraria por si ou por terceiros habituados, sob sua exclusiva responsabilidade.

Art. 21º) – Ao conselho Fiscal compete: a) proceder semestralmente a conferência de Caixa. b) elaborar no fim de cada exercício financeiro, o seu parecer sobre as contas apresentadas e opinar sobre as mesmas, bem como a arrecadação da renda, sua aplicação e estruturação, bem como a condição financeira e encargos da Associação.

Art. 22º) – A diretoria social compete: a) zelar pela saúde ativa dos frequentadores da associação. b) tornar sadio o ambiente físico, dando condições aos ocupantes para completo bem estar. c) divulgar o nível municipal, estadual e nacional a Associação. d) promover encontros, lazer, festas e comemorações de conagração da Associação.

§ único – compete a diretoria social angariar fundos para a Associação, através de campanhas, doações, ou outros meios legais, devidamente autorizada pelo presidente ou seu substituto legal, ou sem caso relevante por iniciativa própria.

Art. 23º) – O conselho Comunitário, órgão de acompanhamento será nomeado pela Diretoria Executiva da Associação Lar Comunitário, devendo as indicações serem aprovadas pela maioria dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

§ 1º) – Compete ao Conselho Comunitário, com o apoio das demais peças componentes da junta Administrativa, adotar as providências junto aos órgão competentes, para implantação de sistema de Radiodifusão Comunitária, obedecendo as exigências legais e a Lei nº 9612/98, firmando os documentos com o Presidente e Tesoureiro da Diretoria Executiva;

§ 2º) – O serviço da Radiodifusão Comunitária, atenderá em sua programação aos seguintes princípios : I – preferência e finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da Comunidade; II – promoção



Tabelionato de Notas e Protestos
Flávia dos Santos Chaves
Auxiliar de Cartório
Comarca de Póções - BA

TIAGO MARTINIANO CAMPOS MEIRA
Procurador
NABIRA 77537



das atividades artísticas e jornalísticas da Comunidade, da integração dos membros das comunidades atendidas. III – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa da família, favorecendo a integração dos membros da Comunidade atendida. IV- não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-partidárias e condição social nas relações comunitárias. V – observar a pluralidade de opinião e de versão simultânea em matérias polêmicas, divulgando sempre as diferentes intervenções relativas aos fatos noticiados. VI – abrir à comunidade o direito de emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, observando o momento adequado da programação para fazê-lo e desde que manifestado por pedido encaminhado à Diretoria Executiva da Associação Comunitária.

TITULO II – DAS FINALIDADES

CAPITULO VII – COMPETE À ASSOCIAÇÃO

Art. 24º) – Manter e desenvolver a Associação Lar Comunitário ou outros Institutos de Assistência ao menor e idosos, sendo sua finalidade principal o exercício e prática de caridade segundo os princípios cristãos onde serão admitidos pessoas pobres, de ambos os sexos, respectivamente, sem distinção de idade, cor ou religião, estendendo a outras pessoas toda e qualquer assistência que se enquadre nos seus princípios.

Art. 25º) – Em caso de dissolução da Associação Comunitária, atendidos os artigos anteriores, sendo a mesma decidida em reunião de Assembléia Geral, o ACERVO móvel e imóvel passará a pertencer à PARÓQUIA DO DIVINO SANTO, da Cidade de Poções, mediante documentação prevista na Lei vigente, escriturando-se os bens imóveis e lavrando-se p Termo de Doação para os demais bens, firmado pelas partes envolvidas.

§ único – Ocorrida a dissolução e a consequente doação, fica proibido a alienação dos bens imóveis, a qualquer titulo, recebidos pela Diretoria.

Art. 26º) – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva, com posterior informação, para conhecimento dos demais membros da Junta, no prazo de dez dias.

Art. 27º) – Os presentes Estatutos entram em vigor na data de sua aprovação.



Poções – Ba. 26 de setembro de 2014.

Protocolo de Notas e Protestos

Flávia dos Santos Chaves

Auxiliar de Cartório

Comarca de Poções - BA

TIAGO MARTINIANO CAMPOS MEIRA
Procurador



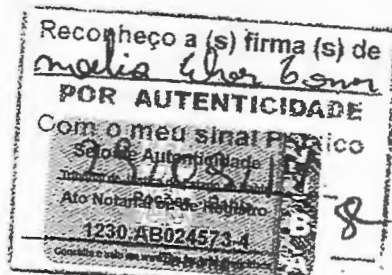
Marilene Moreira Andrade
 Marilene Moreira Andrade

Roberto Renan Macedo
 Roberto Renan Macedo

Noelia Alves Gomes
 Noelia Alves Gomes

Lêda de Sena Nery
 Lêda de Sena Nery

Marilene Moreira Andrade



TIAGO MARTINIANO CAMPOS MEIRA
 Procurador
 OAB/BA 23697
 Mat. 1684

Tabelionato de Notas e Protestos,
 Flávia dos Santos Chaves
 Auxiliar de Cartório
 Comarca de Poções - Ba

Tabelionato de Notas e Protesto de Poções/BA

Titular: Livia Liana Alves de Araújo

Reconheço por SEMELHANÇA (e) a (s) firma (s) abaixo:

[GNHwfsb0] - TIAGO MARTINIANO CAMPOS MEIRA.

Poções-BA, 30/09/2014 *Flávia dos Santos Chaves* da verdade.
 Em testemunho

FLÁVIA DOS SANTOS CHAVES
 ESCRIVENTE DE CARTÓRIO
 Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções-BA
 Tel: (77) 3431-1640 ; Emol: R\$ 3,30



Tabelionato de Notas e Protesto de Poções/BA
 Titular: Livia Liana Alves de Araújo

Reconheço por SEMELHANÇA (s) a (s) firma (s) abaixo:

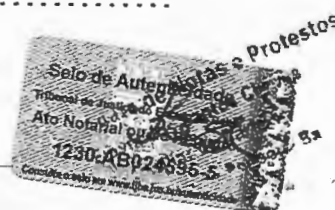
[GMCGLwF1] - LEDA DE SENA NERY.

Poções-BA, 29/09/2014

Em testemunho *Flávia dos Santos Chaves* da verdade.

FLÁVIA DOS SANTOS CHAVES
 ESCRIVENTE DE CARTÓRIO

Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções-BA
 Tel: (77) 3431-1640 ; Emol: R\$ 3,30



Tabelionato de Notas e Protesto de Poções/BA
 Titular: Livia Liana Alves de Araújo

Reconheço por SEMELHANÇA (s) a (s) firma (s) abaixo:

[GMCGLIF1] - MARILENE MOREIRA ANDRADE.

[GMCGLIO1] - ROBERTO RENAN DE MACEDO.

Poções-BA, 29/09/2014

Em testemunho *Flávia dos Santos Chaves* da verdade.

FLÁVIA DOS SANTOS CHAVES
 ESCRIVENTE DE CARTÓRIO

Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções-BA
 Tel: (77) 3431-1640 ; Emol: R\$ 3,30



Tabelionato de Notas e Protestos

Flávia dos Santos Chaves

Auxiliar de Cartório

Comarca de Poções - Ba

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - COMARCA DE POÇÕES - BA.
CNPJ-MF nº 13.243.016/0001-90

Protocolo nº 01/122 Folha 0214 Livro 1

Certifico e dou fé que foi ☐ Registrado (a) ☒ Averbado nesta data, ☒ Estatuto de

Constituição ☒ Ata da Pessoa Jurídica denominada Associação Lar
Comunitário.

Livro nº A-57 Reg. P. Jurídicas, fls. 64/74 sob nº 1740

Ocorrência (s): Averbação referente aos Registros
n.ºs 129 e 130 Livro A-2

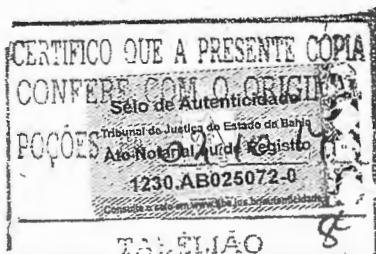
POÇÕES (BA), 01 de Outubro de 2014

Bel. Valentino Sarno Netto - Oficial Registrador e Especialista

DATA SÉRIE OJO Nº 804450

R\$ 254,68

Selo 1228.AB00 1464-3



Tabelionato de Notas e Protestos
Flávia dos Santos Chaves
Tabelião de Cartório
Comarca de Poções - BA

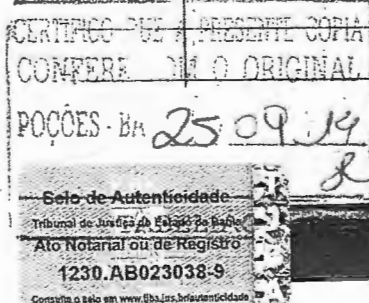
"ATA DA REUNIÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO, REALIZADA A DOIS DE JUNHO DE 2014, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO, PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA INSTITUIÇÃO, PARA O BIÊNIO JUNHO DE 2014 A MAIO DE 2016."

"AOS DOIS (2) DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E CATOZE (2014) ÀS DEZENOVE HORAS, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO, LOCALIZADA A RUA BERNARDES FAGUNDES Nº 98, BAIRRO SANTA RITA, CIDADE DE POÇÕES-ESTADO DA BAHIA, FOI REALIZADA, CONFORME CONVOCAÇÃO PREVIA DATADA DE 15/05/2014, A REUNIÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DA INSTITUIÇÃO BENEFICENTE CONSTANTE ACIMA, TENDO EM VISTA A ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA QUE REGERÁ OS DESTINOS DA ENTIDADE, NO DECORRER DO BIÊNIO JUNHO DE 2014 A MAIO DE 2016. ABERTOS OS TRABALHOS, PELA PRESIDENTE MARILENE MOREIRA ANDRADE, FORAM CONVINDOS OS COLABORADORES ROBERTO RENAN DE MACÊDO, MOISÉS DE ALMEIDA SILVA, LÉDIA DE SEWANEY E LÚZIA FERREIRA DOS SANTOS SILVA, PARA COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DOS TRABALHOS, DESIGNANDO ROBERTO RENAN DE MACÊDO PARA SECRETARIAR AS ATIVIDADES DA ASSEMBLÉIA GERAL. OS PRESENTES FORAM CIENTIFICADOS QUE CONFORME INDICA O ESTATUTO, A ASSOCIAÇÃO SERÁ REGIDA NO PERÍODO POR UM CONJUNTO DE ASSOCIADOS ELEITOS PARA UMA DIRETORIA EXECUTIVA, UMA DIRETORIA SOCIAL E UM CONSELHO FISCAL, PARA UM MANDATO DE DOIS ANOS. OBSERVADA A EXISTÊNCIA DE UMA CHATA CONCORDANTE APENAS, A MESMA FOI SUBMETIDA A VOTAÇÃO E POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, OS CARGOS OU FUNÇÕES FICARAM ASSIM DISTRIBUÍDOS: DIRETORIA EXECUTIVA: PRESIDENTE-MARILENE

MOREIRA DE ANDRADE, VICE PRESIDENTE- NOELIA ALVES GOMES, SECRETARIO- ROBERTO RENAN DE MACEDO, TESOUREIRO- LEDA DE SENA NEGRY, SUPLENTE: EDUARDO SILVA BORBA E SILVANA SILVA DE CARVALHO. DIRETORIA SOCIAL: MARIA ZILDA MOREIRA DO CARMO- LUZIA FERREIRA DOS SANTOS SILVA E MARIA ZORAIDE SANT'ANNA LEONI. CONSELHO FISCAL: PRESIDENTE- MOISES DE ALMEIDA SILVA, SECRETARIA- CELIA MARIA DE SOUZA SAMPAIO, SUPLENTE: MARIA FERREIRA E MARIA LEONOR ANDRADE DA CUNHA. CONSIDERANDO QUE TODOS OS ELEITOS ESTAVAM PRESENTES A REUNIAO A PRESIDENCIA FOI PASSADA A LEDA DE SENA NEGRY, QUE DECLAROU EMPOSSADA A PRESIDENTE ELEITA MARILENE MOREIRA ANDRADE. NO PLEN: EXERCICIO DA PRESIDENCIA, A MESMA DECLAROU EMPOSSADOS OS DEMAIS ASSOCIADOS ELEITOS PARA AS DIRETORIAS E O CONSELHO FISCAL. A SEGUIR, AO USO DA PALAVRA, A SRª PRESIDENTE FEZ UM RELATO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS A FRENTE DA ASSOCIACAO, AGRADECENDO A TODOS PELA REELEICAO E CONCLAMANDO PARA QUE COM A PRECIOSA COLABORACAO DOS ASSOCIADOS, A INSTITUICAO POSSA CONTINUAR OS BONS SERVICOS PRESTADOS NA AREA DE ASSISTENCIA SOCIAL, NECESSITANDO INCLUSIVE DO APOIO DO PODER PUBLICO, PARA O SUCESSO DOS TRABALHOS. DECLAROU ENCERRADA A SESSAO, DETERMINANDO QUE FOSSE LIDA E APROVADA, EM ASSINADA POR TODOS OS PRESENTES E POR ELA, ROBERTO RENAN DE MACEDO, QUE A LEI E SUBSCREVO.

POCOES-BA. 02 DE JUNHO DE 2014.

Marlene Moreira Andrade - Presidente



Delionato de Notas e Protestos
Flávia dos Santos Chaves
Cartório de Cartorio

CERTIFICO QUE A PRESENTE COPIA
CONFERE COM O ORIGINAL
Belo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial nº 1230-AB024598-0
POÇOS, BA, 27/01/69
Cadastra e cada em nome do seu titularidade

Monato de Notas e Protestos
Flávia dos Santos Chaves
Cartório
Câmara de Poços - Ba

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA -
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO FELLO

NOELIA ALVES GOMES

27/01/69

NOELIA ALVES GOMES

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 04908972 48 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/12/2001

NOME NOELIA ALVES GOMES

FILIAÇÃO DURVALINO FERREIRA GOMES

DATA DE NASCIMENTO 27/01/1969

POÇOS BA

DOC GRUPO CER-NAS CM-POÇOS BA

DST- SEDE L-A65 F-171 R-007205

CPF 977703535 72

SALVADOR

ASSINATURA DO DIRETOR

LE Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome NOELIA ALVES GOMES

Nº de Inscrição 977703535-72

Data de Nascimento 27/01/69

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

ASSINATURA NOELIA ALVES GOMES

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em 13/09/97

CERTIFICO QUE A PRESENTE COPIA
CONFERE COM O ORIGINAL
Belo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial nº 1230-AB024598-0
POÇOS, BA, 27/01/69
Cadastra e cada em nome do seu titularidade

Monato de Notas e Protestos
Flávia dos Santos Chaves
Cartório
Câmara de Poços - Ba

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NÃO PLASTIFICAR



Marlene Moreira Andrade

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

00.784.238-48 DATA DE EMISSÃO 03-08-2011

MARLENE MOREIRA ANDRADE

MERGIDES ANDRADE

ERNESTINA MOREIRA ANDRADE

POÇÕES BA DATA DE NASCIMENTO 28-04-1944

C.NAS. CM POÇÕES BA DS
SEDE LV 024 FL 32V RT 2928
166.817.895-87

Paula M. de Oliveira

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE

CONFERE

POÇÕES

1230.AB0246013

TABELIAO

Junato de Notas e Protestos

Flavia dos Santos Chaves

de Cartório

da Poções - Ba



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	12107225 85	DATA DE EXPIRAÇÃO	21/11/2001
NOME	LEDA DE SENA NERY		
FILIAÇÃO	AGOSTINHO VICENTE NERY ZULMIRA DE SENA NERY		
NATURALIDADE	POCOES, BA	DATA DE NASCIMENTO	27/07/1944
DOUTRINA	CER-NAS CM-POCOES BA		
DST-SEDE	L-018-F-174 R-000000		
CPF	246153317 20		
SALUDOR-BA	[Assinatura]		

7 116 DE 200003

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

POLEGAR DIREITO

[Assinatura]

AS 14:00 DE 11/11/01

CARTEIRA DE DENTISTAS

Abellonato de Notas e Protestos
Flávia dos Santos Chaves
Cartório
Bom Jesus do Rio Preto - BA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ES DO BAHIA MAIOR DE 60 ANOS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO BELLO

NÃO PLASTIFICAR



Roberto Renan de Macêdo

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

00.830.380-00 14-05-2013

ROBERTO RENAN DE MACÊDO

EURYCLES MACÊDO

CRESCÊNCIA PORTO MACÊDO

NATURALIDADE IBICUI BA DATA DE NASCIMENTO 16-06-1941

DOC ORIGEM C.CAS. CM POÇÕES BA DS SEDE LV-0028 FL 497 RT 03420 099.656.455-15

Francilda M. de Oliveira

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Selo de Autenticidade

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Cartório de Registro

1230-AB024599-8

POÇÕES

2302

TABELIÃO

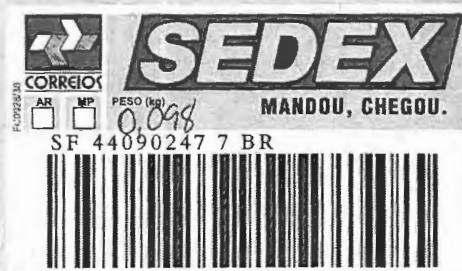
Cartório de Notas e Protestos

Flávia dos Santos Chaves

Cartório

Camara de Poções - BA

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações
Rua Mergenthaler, 592, bloco 1, Mezanino
CEP: 05311-900
São Paulo
A/C Thiago Galvão



Rádio Comunitária Liberdade FM
Praça Monsenhor Honorato, S/N – Centro
Poções- BA
CEP: 45260-000



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

São Paulo, 07 de outubro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 07/10/2014, às 15:46, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0176043** e o código CRC **384D78D1**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 13171/2014/SEI-MC

Processo de Renovação.nº: **53000.062556/2013-89**

Processo de Outorga nº: **53640.001175/1998-51**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Lar Comunitário**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Poções/BA**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista resposta tempestiva da requerente ao Ofício 5776/2014/SEI-MC que encaminhou cópia da Nota Técnica 6018/2014/SEI-MC, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo:

I. Reiteramos exigência contida na Nota Técnica referida, pois a entidade ainda não comprovou adequação de seu Estatuto Social ao item **8.3, alínea "h" da Norma nº 1/2011**, item este que estipula aos Estatutos que, ao determinarem as competências da Assembleia Geral, devem observar as disposições constantes dos artigos 59 e 60 da Lei nº 10.406/2002. O Estatuto da entidade, em seu Capítulo III, ao regulamentar a Assembleia Geral, deixa de atender ao artigo 60 ao não assegurar expressamente a 1/5 (um quinto) de seus associados o direito de convocar extraordinariamente tal órgão deliberativo.

Lei 10406/2002:

"Art. 60. A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la."

Norma nº 1/2011:

"8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

(...)

h) determinem as competências da Assembleia Geral, observando as disposições constantes dos art. 59 e 60 da Lei

nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil."

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. Prova de que seus diretores suplentes EDUARDO SILVA BORBA e SILVANA SILVA DE CARVALHO são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (**cópia do RG ou Certidão de Casamento**), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

IV. Cópia autenticada do CPF dos dirigentes MARILENE MOREIRA ANDRADE, LEDA DE SENA NERY, ROBERTO RENAN DE MACÊDO, EDUARDO SILVA BORBA e SILVANA SILVA DE CARVALHO.

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. No artigo 4º de seu Estatuto Social, a entidade menciona composição de seu quadro diretivo com 05 (cinco) cargos, sem mencionar o cargo de 2º Secretário, em conflito tanto com o artigo 19 do mesmo documento, que disciplina atribuições do cargo de 2º Secretário, quanto com a Ata de Assembleia datada de 02 de junho de 2014 - que elegeu 06 (seis) pessoas para mandato até 2016. Assim, se a composição correta for a de 06 (seis) membros, a entidade deverá **incluir** o cargo de 2º Secretário no artigo 4º de seus atos constitutivos, averbando a inclusão juntamente com as demais adequações solicitadas, perante o Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

II. Na Ata da Assembleia realizada em 02 de junho de 2014, quando foi eleita a atual diretoria, há informação de seis membros eleitos. Todavia quanto a dois deles: EDUARDO SILVA BORBA e SILVANA SILVA DE CARVALHO, não há identificação de qual ocuparia o cargo de 2º Secretário e qual o de 2º Tesoureiro, apenas menciona que ambos são suplentes, diante de que a entidade deverá se manifestar e comprovar a averbação junto ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da especificação dos cargos que cada um deles ocupa.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 14/10/2014, às 14:14, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline de Almeida Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 14/10/2014, às 15:37, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0180012** e o código CRC **6DC3BD2D**.

Ilmo. Sr.
Delegado Regional do Ministério das Comunicações
SÃO PAULO - SP

Acuso o recebimento do Ofício nº **5776/2014/SEI - MC** e a Nota Técnica nº **6018/2014/SEI - SC**, de 01 de agosto de 2014, referente ao processo nº **53000.062556/2013-89**, que versa sobre a Renovação de Outorga da Associação Lar Comunitário, da cidade de Poções, BA.

Devido ao grande número de alterações no Estatuto solicitadas no Ofício acima citado e ao tempo informado pelo cartório da região para registro das alterações do Estatuto ser de 20 dias, solicito a V.Sa. mais 30 dias de prazo para que possamos convocar Assembléia específica para atender tais exigências e registrar no Cartório da região estas alterações solicitadas.

Atenciosamente



Associação Lar Comunitário
Marilene Moreira Andrade
CPF 166.817.895-87
Presidente

Poções, BA, 26 de setembro de 2014.

RECEBIDO

Em 10 de 10 de 2014 horas

Aparecida

Abelionato de Notas e Protestos
Flávia dos Santos Chaves
Cartório de Poções - BA

CONHEÇO A(S) FIRMA(S) ALTO QU...
EM NÚMERO DE 01 ASSINADA(S)
POR COM O MEU SINAL PÚBLICO
POR SEMELHANÇA
Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado de Bahia
Ata Notarial ou de Registro
POÇÕES - BA, 26/09/2014
1230.AB024420-7
TABELAÇÃO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

NOTA INFORMATIVA Nº 677/2014/SEI-MC

Nº do Processo: **53000.062556/2013-89**
Documento de Referência: **53900.021895/2014-42**
Interessado: **Associação Lar Comunitário**
Nº de Referência: **N/A**
Assunto: **Considerações sobre Pedido de Prorrogação de Prazo**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de pedido da Associação Lar Comunitário para prorrogação do prazo de exigências em sede de processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão comunitária.

INFORMAÇÕES

2. Após análise dos autos 53000.062556/2013-89, foi expedido pela Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo o Ofício 5776/2014/SEI-MC, que encaminhou cópia da Nota Técnica 6018/2014/SEI-MC com exigências para continuidade do processo de renovação de outorga da entidade.

3. Requereu-se da entidade, dentre outras exigências, que realizasse adequações em seu Estatuto Social, de acordo com o que dispõe a legislação que disciplina o serviço de radiodifusão comunitária. O prazo de resposta assinalado no Ofício foi de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da correspondência, a ser comprovado mediante "A.R." postal, (assinado em 11 de setembro de 2014) de modo que o final do prazo ocorreu em 13 de outubro de 2014.

4. A entidade encaminhou resposta tempestiva postada em 03 de outubro de 2014, em que se verifica que realizara Assembleia em setembro de 2014 para adequação de seu Estatuto Social às exigências do Ministério das Comunicações e averbou junto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas em 01 de outubro de 2014.

5. Assim, o prazo de 30 (trinta) dias fora suficiente para a entidade realizar os procedimentos que usa como fundamento para seu pedido de prorrogação (convocação de Assembleia e registro pelo cartório da localidade). Além de que, após análise da resposta da requerente, houve nova Nota Técnica de exigências, cuja cópia será encaminhada por um segundo Ofício à entidade, com a concessão de novo prazo para resposta, diante de que, o efeito prático pretendido (prazo adicional) acabará sendo alcançado mesmo sem a prorrogação do prazo do primeiro Ofício.

CONCLUSÃO

6. Com fundamento em todo o exposto, entende-se que houve perda do objeto quanto ao pedido de prorrogação de prazo de resposta ao Ofício nº 5776/2014/SEI-MC, já que a entidade respondeu tempestivamente e que a análise de sua resposta fundamenta nova solicitação de exigências desse Ministério.

São Paulo, 20 de outubro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline de Almeida Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 09/12/2014, às 15:44, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0195529** e o código CRC **F93B6860**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Ministério das Comunicações
Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino, Vila Leopoldina
CEP: 70040-900 São Paulo-SP
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 14868/2014/SEI-MC

São Paulo, 09 de outubro de 2014

À Senhora

MARILENE MOREIRA ANDRADE

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO

Rua Bernardes Fagundes, 98

45260-000 / Poções – BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.062556/2013-89.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 13171/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente e os esclarecimentos solicitados, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 14/10/2014, às 14:14, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0180501** e o código CRC **FD1B22E5**.

...HER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ofício nº 14868/2014/SEI-MC

São Paulo, 09 de outubro de 2014

MARILENE MORAES ANDRADE

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO

Rua Hernandes Aguiar, 98

45260-000 / Poções - BA

Assunto: Esclarecimento de Nota Técnica relativa a análise de processo nº 53000.067636/2013-83.

DF PMS PAYS

NATUREZA DO ENVOI / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

Maria Aparecida Campos

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

MARIA APARECIDA CAMPOS

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICAR E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE OF L'AGENT

Diogo Chulu C. Leite

Carteiro

Mot: 8.088.725/2

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON

30/10/14

CARIMBO DE ENTREGA / UNIFORME DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

30 OCT 2014

BA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERBO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERB

72-105-04-0

FCU403 / 10

114 x 150 mm





TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Processo nº: 53000.062556/2013-89

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A-partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 01 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Eleuza da Silva Bandeira**, Agente Administrativo, em 01/12/2014, às 16:10, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.




A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0265082** e o código CRC **B8C29A0E**.

24/11/14
Ilmo. Sr.
Delegado Regional do Ministério das Comunicações
SÃO PAULO - SP

Acuso o recebimento do Ofício nº 14868/2014/SEI – MC e a Nota Técnica nº 13171/2014/SEI - SC, de 09 de outubro de 2014, referente ao processo nº 53000.062556/2013-89, que versa sobre a Renovação de Outorga da Associação Lar Comunitário.

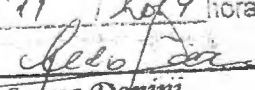
Devido ao grande número de alterações no Estatuto solicitadas no Ofício acima citado e ao tempo informado pelo cartório da região para registro das alterações do Estatuto ser de 20 dias, solicito a V.Sa. mais 30 dias de prazo para que possamos convocar Assembléja específica para atender tais exigências e registrar no Cartório da região estas alterações solicitadas.

Atenciosamente


Associação Lar Comunitário
Marilene Moreira Andrade
CPF 166.817.895-87
Presidente

Poções, BA, 12 de novembro de 2014.

RECEBIDO
Em 24/11/14 às 14 horas


Pedro Souza Donini
Engenheiro Eletrônico
RMC - 04 / Matrícula 6839800

Tabelionato de Notas e Protesto de Poções/BA
Titular: Livia Liana Alves de Araújo
Reconheço por SEMELHANÇA (s) a (s) firma (s) abaixo:
[JEPJcQ10] - MARILENE MOREIRA ANDRADE.....

Poções-BA, 17/11/2014
Em testemunho da verdade,
FLÁVIA DOS SANTOS CHAVES
ESCREVENTE AUTORIZADA
Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções-BA
Tel: (77) 3431-1640 ; Emol: R\$ 3,30

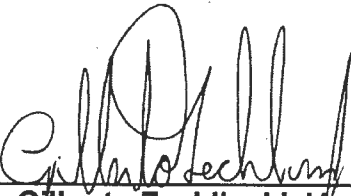


Ilmo. Sr.
Delegado Regional do Ministério das Comunicações
SÃO PAULO - SP

Acuso o recebimento do Ofício nº **14868/2014/SEI – MC** e a Nota Técnica nº **13171/2014/SEI - MC**, de 09 de outubro de 2014, referente ao processo nº **53000.062556/2013-89**, que versa sobre a Renovação de Outorga da Associação Lar Comunitário.

Remeto a V.Sa. a documentação solicitada.

Atenciosamente



Gilberto Zechlinski Júnior
CREA RS117030
Engenheiro Projetista da
Associação Lar Comunitário

Porto Alegre, RS, 22 de dezembro de 2014.

RECEBIDO
Em 22 / 12 / 14 horas
11h45
Ilane D. H. Silva 154

RECEBIDO
22/12/2014 11h45
286909

AVERBADO



ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO

CAPITULO I DA ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS

Art.1º. A ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITARIO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF nº 16.232.571/0001-91, é uma associação, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, com sede na Rua Bernardes Fagundes, nº 98, Bairro Santa Rita, cidade de Poções, Estado da Bahia, será regida pelo presente estatuto e demais leis aplicáveis.

Art.2º. A Associação Lar Comunitário terá como finalidades:

I - Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente, colaborando para a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, da forma mais acessível possível;

II - Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme legislação em vigor;

III - Manter atividades de assistência a menores e idosos, desenvolvendo o exercício e a prática de caridade, segundo os princípios cristãos, sem distinção de idade, cor ou religião.

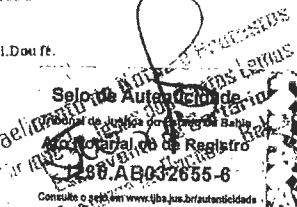
Art. 3º. A Associação Lar Comunitário poderá realizar parcerias com entidades públicas e privadas com o objetivo de atender às finalidades expostas no presente estatuto admitindo-se no seu corpo de associados pessoas jurídicas legalmente constituídas.

CAPITULO II DOS ASSOCIADOS. SEUS DIREITOS E DEVERES

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE POÇÕES /B
TABELIÁ: LÍVIA LIANA ALVES ARAÚJO

AUTENTICAÇÃO
A presente cópia confere como o original. Dou fé.
Poções, BA, 16/12/2014

Em testemunho da verdade
SIMONE SANTOS LEMOS
ESCREVENTE DE CARTÓRIO





Art.4º. A Associação Lar Comunitário é constituída por número ilimitado de associados, permitindo o livre ingresso de pessoas físicas ou jurídicas com domicílio na área de abrangência dos serviços.

Art. 5º. Haverá as seguintes categorias de associados:

I - Sócios Efetivos: pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que assinaram os atos constitutivos da Associação;

II – Sócios Colaboradores: pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que venham a contribuir na execução de projetos e na realização dos objetivos da Associação Lar Comunitário;

III - Sócios Beneméritos: pessoas ou instituições que se destacaram por trabalhos que se coadunam com os objetivos da Associação.

Art.6º. Os Associados, qualquer que seja sua categoria, não respondem individualmente, solidaria ou subsidiariamente, por obrigações da Associação Lar Comunitário, nem pelos atos praticados pelo Presidente.

Parágrafo único. A admissão de novos sócios, de qualquer categoria, será decidida em Assembleia Geral, mediante proposta de sócios efetivos ou da Diretoria.

Art.7º. São direitos dos Associados:

I - Participar de todas as atividades associativas, podendo votar e ser votado para todos os cargos da Associação;

II - Propor a criação e tomar parte em grupos de trabalho ou comissões, quando designados;

III - Apresentar propostas, programas e projetos de ação para a Associação Lar Comunitário.

Art.8º. São deveres dos Associados:

I - Observar o Estatuto, regulamentos, deliberações regimentais e resoluções dos órgãos da Associação;

Kapitel

AUTENTICAÇÃO

Poções, BA 16/12/2014

ESCREVENTE DE CARTÃO

Tel: (77) 3431-1640

Total Emot: 3,30

Tribunal de Justicia de la Federación de México

Ato Notarial de Registro

123 AB032657-2

Consulte o selo em: www.unicas.br/autenticidade



II - Cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da Associação Lar Comunitário e difundir seus objetivos e ações.

Art 9º. Os associados estarão sujeitos as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão;

III – exclusão.

Parágrafo único. Será assegurado a todos os associados amplo direito de defesa, bem como o desligamento voluntário da Associação, notificando a Diretoria.

Art. 10º. As penalidades de advertência e suspensão serão aplicadas aos associados pela Diretoria no caso de transgressão aos preceitos do art. 8º.

§1º. Às penalidades impostas no *caput*, poderá o associado recorrer à Assembleia Geral no prazo de cinco dias úteis, a contar da data da notificação,

§2º. Quando o infrator for um membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, as penalidades de advertência e suspensão serão aplicadas pela Assembleia Geral.

Art. 11º. São causas de exclusão dos associados:

I – O cometimento de falta grave, considerando esta quando o associado provocar ou causar prejuízo moral ou material à Associação.

II – A prática de atividades ilícitas ou de ato contrário ou incompatível com os fins da Associação.

Parágrafo único. A competência para a aplicação da pena de exclusão será da Assembleia Geral, após o exercício do direito de defesa.

CAPITULO III

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 12º. A Assembleia Geral é o órgão máximo da Associação Lar Comunitário, sendo constituída pelos sócios de todas as categorias.

Kapito
EM BRANCO

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE POÇÕES/B
TABELIA: LIVIA LIANA ALVES ARAÚJO

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia confere como o original. Dou fe.
Poções, BA, 12/12/2014

Em testemunho Na verdade
SIMONE SANTOS LEMOS
ESCREVENTE DE CARTÓRIOS

Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções / BA
Tel: (77) 3431-1640
Total Emol: 3,30

Selo de Autenticidade

Tribuna de Notas e Protestos de Poções

Ato Notarial de Registro

1250-AB032658-0

Conservar o selo em qualquer documento



Art. 13º. A Assembleia Geral poderá ser convocada pelo Presidente ou por 1/5 (um quinto) dos associados.

Art. 14º. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, para deliberar sobre os seguintes temas:

- I – Apreciação e aprovação do balanço anual e demais relatórios financeiros do exercício em curso, bem como da previsão orçamentária e do plano anual de trabalho para o novo exercício;
- II – Deliberação sobre admissão de novos associados.

Art. 15º. A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que convocada para deliberar sobre os seguintes temas:

- I - Eleição da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Diretoria Social;
- II - Destituição de membro ou membros das Diretorias e do Conselho Fiscal e nova eleição;
- III - Escolha dos membros do Conselho Comunitário e substituição eventual de algum membro;
- IV - Extinção da Associação;
- V - Deliberação sobre casos omissos e não previstos no Estatuto;
- VI - Alteração do Estatuto;
- VII – Aprovação das contas.

Art. 16º. Os trabalhos da Assembleia Geral terão início no horário determinado no edital de convocação desde que estejam presentes no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira chamada e em segunda chamada, trinta minutos depois com qualquer número de associados presentes, sendo que as decisões serão tomadas mediante a aprovação de metade mais um dos associados presentes.

Art. 17º. Sempre que houver convocação de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, o ato convocatório deverá especificar para qual(is) fim(ns) a Assembleia está sendo convocada.

Handwritten signature
EMBRANCO

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE POÇÕES /B
TABELIA: LIVIA LIANA ALVES ARAUJO

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia confere com o original. Dou fé.
Poções, BA, 16/12/2014

Em testemunho *Handwritten signature* da verdade
SIMONE SANTOS LEMOS
ESCREVENTE DE CARTÓRIO

Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções / BA
Tel: (77) 3431-1640
Total Emal: 3,30

Handwritten signature
Selo de Autenticação
Tabelião de Notas e Protestos
Simone Santos Lemos
Ato Notarial de Registro
1238-AB032659-9
Consulte o site: www.tba.jus.br/tabelaoficialde



CAPITULO IV

DA JUNTA ADMINISTRATIVA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art.18º. Os destinos da Associação Lar Comunitário, serão dirigidos por uma Junta Administrativa composta por treze (13) membros eleitos por voto secreto em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim.

§1º. A Junta Administrativa será constituída por:

- I – Uma Diretoria Executiva composta por seis membros: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro;
- II – Um Conselho Fiscal composto por três membros;
- III – Uma Diretoria Social composta por quatro membros.

§2º. Os membros da Junta Administrativa serão eleitos para um mandato de quatro (4) anos, com direito a uma única recondução, por igual período.

§3º. Os membros da Junta Administrativa da Associação Lar Comunitário não serão remunerados, considerando a natureza dos serviços atendidos pela Associação, de caráter social e filantrópico.

§ 4º. A Associação não distribuirá lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, nem remeterá recursos, a qualquer título, para o exterior.

Art.19º. Cabe à Junta Administrativa:

- I - Superintender todas as atividades da Associação;
- II - Promover subscrição ou qualquer outro meio permitido e decoroso, para aquisição de recursos pecuniários, indispensáveis ao preenchimento de seus fins, quando os próprios recursos para fazer face às despesas forem insuficientes;
- III - Aceitar legados, doações e subvenções;
- IV - Firmar convênios, representar a Associação em juízo ou fora dele, passando procuração, subscrita pelo Presidente, bem como dirigir, em seu nome, representações aos poderes constituídos;
- V - Zelar pelo exato cumprimento do Estatuto;

Kd. Liana
EM BRANCO

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE POÇÕES / B
TABELIÁ: LIVIA LIANA ALVES ARAÚJO

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia confere com o original. Dou fé.
Poções, BA 16/03/2014

Em testemunho da verdade
SIMONE SANTOS LEMOS
ESCREVENTE DE CARTÓRIO

Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções / BA
Tel: (77) 3431-1640
Total Emol: 3,30

Selo de Autenticidade

Tribunal de Justiça do Estado do Bahia
Ato Notarial de Registro

12304B32660-2

Consulte grátis em www.ba.tributautenticidade



VI - Suspender qualquer benefício desnecessário, ou, quando reconhecer que foi indevidamente concedido.

§1º. A Junta Administrativa reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocada pelo Presidente ou um terço dos seus membros.

§2º. Todas as decisões se tomarão por maioria, tendo o Presidente, em caso de empate, voto de desempate.

CAPITULO V

DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL

Art. 20º. A Junta Administrativa será constituída por:

- I – Uma Diretoria Executiva composta por seis membros: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro;
- II – Um Conselho Fiscal composto por três membros;
- III – Uma Diretoria Social composta por quatro membros.

Art. 21º. Ao Presidente compete:

- I - Presidir as sessões da Junta Administrativa;
- II - Encaminhar e regular seus trabalhos;
- III - Exercer a superintendência da Associação;
- IV - Abrir e despachar correspondências oficiais e particulares;
- V - Abrir e encerrar os livros da Associação, rubricando todos;
- VI - Assinar com o secretário a ata das sessões;
- VII - Convocar sessões extraordinárias, na forma estabelecida neste Estatuto;
- VIII - Apresentar anualmente à Junta Administrativa um minucioso balanço geral das atividades financeiro-administrativas da Associação;
- IX - Ter voto de desempate em caso de empate;
- X - Fornecer ao Conselho Fiscal as informações e os esclarecimentos solicitados;
- XI - Assinar, com o Primeiro Tesoureiro, as operações de crédito e visar cheques.

Kapfinter
EM BRANCO

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE POÇÕES / B
TABELIA LÍVIA LIANA ALVES ARAÚJO

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia confere com o original. Dmve
Poções, BA 16/12/2014

Em testemunho da verdade
SIMONE SANTOS DEMOS
ESCREVENTE DE CARTÓRIO

Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções / BA
Tel: (77) 3431-1640
Total Emol: 3,30

Selo de Autenticidade

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial de Registro

1230-00032661-0

Consultar selo em www.tjba.br/sistema/validacao



Art.22º. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em caso de vacância ou no seu impedimento.

Art.23º. Ao Primeiro Secretário compete:

- I - Substituir o Presidente no impedimento ou vacância do Vice-Presidente;**
- II - Manter em dia o arquivo geral da Associação;**
- III - Fazer a correspondência e editais de convocação das Assembleias, deixando cópias.**
- IV - Redigir todas as atas.**

Art.24º. Ao Segundo Secretário compete substituir o Primeiro Secretário no seu impedimento ou vacância.

Art.25º. Ao Primeiro Tesoureiro compete:

- I - Ter sob sua guarda todos os valores da associação;**
- II - Superintender as atividades econômico-financeiras, os serviços de contabilidade, orçamento e tesouraria da Associação;**
- III - Assinar com o Presidente os documentos relativos às operações de crédito, doações, contribuições, subscrições auxílios e outros rendimentos destinados à Associação;**
- IV - Apresentar mensalmente ao Presidente o balanço das receitas e despesas;**
- V - Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Presidente da Junta Administrativa;**
- VI - Proceder pagamento com o visto do Presidente;**
- VII- Movimentar as contas bancárias com o visto do Presidente;**
- VIII - Escriturar mercantilmente os livros próprios da Tesouraria por si ou por terceiros habituados, sob sua exclusiva responsabilidade.**

Art.26º. Ao Conselho Fiscal compete:

- I - Proceder semestralmente à conferência de caixa;**

Kapota
EM BRANCO

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE POÇÕES / B
TABELIA: LIVIA LIANA ALVES ARAÚJO

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia confere como o original. Data:
Poções, BA, 12/12/2014

Em testemunho da verdade,

SIMONE SANTOS LEMOS

ESCREVENTE DE CARTÓRIOS

Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções / BA
Tel: (77) 3431-1640
Total Emol: 3,30

Tribunal de Justiça e Protestos
Cartório
Simone Santos Lemos
1230-AB032662-9
Consulte o selo em www.tjba.jus.br/identificacao



II - Elaborar no fim de cada exercício financeiro parecer sobre as contas apresentadas e opinar sobre as mesmas, bem como sobre a arrecadação da renda, sua aplicação e estruturação e sobre a condição financeira e encargos da Associação.

Art.27º. À Diretoria Social compete:

I - Zelar pela saúde ativa dos frequentadores da associação;

II - Tornar sadio o ambiente físico, dando condições aos ocupantes para completo bem esta;

III - Divulgar a nível municipal, estadual e nacional a Associação;

IV - Promover encontros, lazer, festas e comemorações de conagração da Associação.

Parágrafo único. Compete à Diretoria Social angariar fundos para a Associação, através de campanhas, doações, ou outros meios legais, devidamente autorizada pelo Presidente ou seu substituto legal, ou sem caso relevante por iniciativa própria.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art.28º. O Conselho Comunitário, órgão de acompanhamento, será nomeado pela Diretoria Executiva da Associação Lar Comunitário, devendo as indicações serem aprovadas pela maioria dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Art.29º. Compete ao Conselho Comunitário, com o apoio das demais peças componentes da Junta Administrativa, adotar as providências junto aos órgãos competentes, para implantação de Serviço de Radiodifusão Comunitária, obedecendo às exigências legais e a Lei nº 9612/98, firmando os documentos com o Presidente e Tesoureiro da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Comunitário a elaboração, anualmente, de um relatório sobre a programação da rádio comunitária, indicando, se for o caso, as modificações a serem feitas.

Kap
EMBRANCO

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE POÇÕES / B
TABELIÁ: LIVIA LIANA ALVES ARAÚJO

AUTENTICAÇÃO
A presente cópia confere como o original. Dou fé.
Poções, BA, 16/12/2014

Em testemunho da verdade
SIMONE SANTOS LEMOS
ESCREVENTE DE CARTÓRIO

Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções / BA
Tel: (77) 3431-1640
Total Emol: 3,30

Selo de Autenticidade

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Ato Notarial de Registro

230705062663

Consiga o selo de autenticidade



Art.30°. O Serviço da Radiodifusão Comunitária atenderá, em sua programação, aos seguintes princípios:

- I – Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- II - Promoção das atividades artísticas e jornalísticas da comunidade, da integração dos membros das comunidades atendidas;
- III - Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- IV - Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-partidárias e condição social nas relações comunitárias;
- V - Observar a pluralidade de opinião e de versão simultânea em matérias polêmicas, divulgando sempre as diferentes intervenções relativas aos fatos noticiados;
- VII - Abrir à comunidade o direito de emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, observando o momento adequado da programação para fazê-lo e desde que manifestado por pedido encaminhado à Diretoria Executiva.

CAPITULO VII DO PATRIMONIO

Art.31°. O Patrimônio da Associação Lar Comunitário constituir-se-á de bens móveis e imóveis, doações e contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, podendo, ainda, aplicar recursos oriundos de convênios e/ou subvenções do poder público, devidamente autorizados.

CAPITULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.32°. Em caso de dissolução da Associação, atendidos os artigos anteriores, sendo a mesma decidida em reunião de Assembleia Geral, o acervo móvel e imóvel passará a

[Handwritten signatures and initials]

Kap
EM BRANCO

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE POÇÕES / B
TABELIÃ: LIVIA LIANA ALVES ARAUJO

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia contém como o original. Dm
Poções, BA 12/2014

Em testemunho

de verdade
SIMONE SANTOS LEMOS
ESCREVENTE DE CARTAS

Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções / BA
Tel: (77) 3431-1640
Total Emol: 3,30

Selo de Autenticidade
Tabelião de Notas e Protestos
Simone Santos Lemos
Ato Tabelar ou de Registro
1238.AB032664-5
Consulte o site www.tba.jus.br/autenticidade



pertencer à PARÓQUIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO, da Cidade de Poções BA, mediante documentação prevista na Lei vigente, escriturando-se os bens imóveis e lavrando-se o Termo de Doação para os demais bens, firmado pelas partes envolvidas.

Parágrafo único. Ocorrida a dissolução e a consequente doação, fica proibida a alienação dos bens imóveis, a qualquer título, recebidos pela Associação.

Art. 33°. O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art.34°. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva, com posterior informação para conhecimento dos demais associados em Assembleia Geral.

Poções – BA, 18 de novembro de 2014.

Marilene Moreira Andrade

Roberto Renan Macedo

Noélia Alves Gomes
Noélia Alves Gomes

Lêda de Sena Nery
Lêda de Sena Nery

Sivana Silva de Carvalho

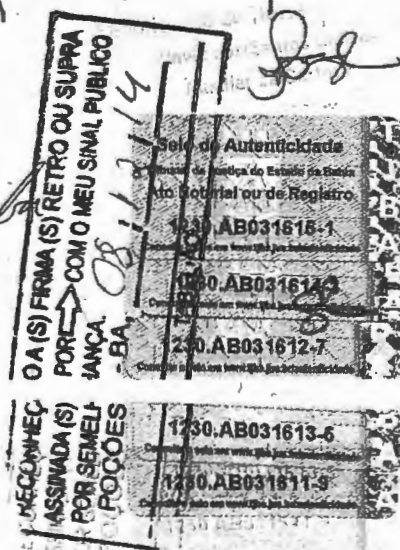
Silvoma Silva de Carvalho.

Eduardo da Silva Borba

Wagner Ferreira de Almeida
Wagner Ferreira de Almenida



Escritório de Registro Público de Imóveis da Bahia
Escritório do Cartório
Comarca de Poções - Bahia



08/11/14
08/11/14
23/2/14

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - COMARCA DE POÇÕES - BA.
CNPJ-MF nº 13.243.075/0001-90

Protocolo nº 01/130 Folha 024v Livro 01
Certifico e dou fé aos (m) ☐ (1) ☒ (2) ☒ (3) ☒ (4) ☒ (5) ☒ (6) ☒ (7) ☒ (8) ☒ (9) ☒ (10) ☒ (11) ☒ (12) ☒ (13) ☒ (14) ☒ (15) ☒ (16) ☒ (17) ☒ (18) ☒ (19) ☒ (20) ☒ (21) ☒ (22) ☒ (23) ☒ (24) ☒ (25) ☒ (26) ☒ (27) ☒ (28) ☒ (29) ☒ (30) ☒ (31) ☒ (32) ☒ (33) ☒ (34) ☒ (35) ☒ (36) ☒ (37) ☒ (38) ☒ (39) ☒ (40) ☒ (41) ☒ (42) ☒ (43) ☒ (44) ☒ (45) ☒ (46) ☒ (47) ☒ (48) ☒ (49) ☒ (50) ☒ (51) ☒ (52) ☒ (53) ☒ (54) ☒ (55) ☒ (56) ☒ (57) ☒ (58) ☒ (59) ☒ (60) ☒ (61) ☒ (62) ☒ (63) ☒ (64) ☒ (65) ☒ (66) ☒ (67) ☒ (68) ☒ (69) ☒ (70) ☒ (71) ☒ (72) ☒ (73) ☒ (74) ☒ (75) ☒ (76) ☒ (77) ☒ (78) ☒ (79) ☒ (80) ☒ (81) ☒ (82) ☒ (83) ☒ (84) ☒ (85) ☒ (86) ☒ (87) ☒ (88) ☒ (89) ☒ (90) ☒ (91) ☒ (92) ☒ (93) ☒ (94) ☒ (95) ☒ (96) ☒ (97) ☒ (98) ☒ (99) ☒ (100) ☒ (101) ☒ (102) ☒ (103) ☒ (104) ☒ (105) ☒ (106) ☒ (107) ☒ (108) ☒ (109) ☒ (110) ☒ (111) ☒ (112) ☒ (113) ☒ (114) ☒ (115) ☒ (116) ☒ (117) ☒ (118) ☒ (119) ☒ (120) ☒ (121) ☒ (122) ☒ (123) ☒ (124) ☒ (125) ☒ (126) ☒ (127) ☒ (128) ☒ (129) ☒ (130) ☒ (131) ☒ (132) ☒ (133) ☒ (134) ☒ (135) ☒ (136) ☒ (137) ☒ (138) ☒ (139) ☒ (140) ☒ (141) ☒ (142) ☒ (143) ☒ (144) ☒ (145) ☒ (146) ☒ (147) ☒ (148) ☒ (149) ☒ (150) ☒ (151) ☒ (152) ☒ (153) ☒ (154) ☒ (155) ☒ (156) ☒ (157) ☒ (158) ☒ (159) ☒ (160) ☒ (161) ☒ (162) ☒ (163) ☒ (164) ☒ (165) ☒ (166) ☒ (167) ☒ (168) ☒ (169) ☒ (170) ☒ (171) ☒ (172) ☒ (173) ☒ (174) ☒ (175) ☒ (176) ☒ (177) ☒ (178) ☒ (179) ☒ (180) ☒ (181) ☒ (182) ☒ (183) ☒ (184) ☒ (185) ☒ (186) ☒ (187) ☒ (188) ☒ (189) ☒ (190) ☒ (191) ☒ (192) ☒ (193) ☒ (194) ☒ (195) ☒ (196) ☒ (197) ☒ (198) ☒ (199) ☒ (200) ☒ (201) ☒ (202) ☒ (203) ☒ (204) ☒ (205) ☒ (206) ☒ (207) ☒ (208) ☒ (209) ☒ (210) ☒ (211) ☒ (212) ☒ (213) ☒ (214) ☒ (215) ☒ (216) ☒ (217) ☒ (218) ☒ (219) ☒ (220) ☒ (221) ☒ (222) ☒ (223) ☒ (224) ☒ (225) ☒ (226) ☒ (227) ☒ (228) ☒ (229) ☒ (230) ☒ (231) ☒ (232) ☒ (233) ☒ (234) ☒ (235) ☒ (236) ☒ (237) ☒ (238) ☒ (239) ☒ (240) ☒ (241) ☒ (242) ☒ (243) ☒ (244) ☒ (245) ☒ (246) ☒ (247) ☒ (248) ☒ (249) ☒ (250) ☒ (251) ☒ (252) ☒ (253) ☒ (254) ☒ (255) ☒ (256) ☒ (257) ☒ (258) ☒ (259) ☒ (260) ☒ (261) ☒ (262) ☒ (263) ☒ (264) ☒ (265) ☒ (266) ☒ (267) ☒ (268) ☒ (269) ☒ (270) ☒ (271) ☒ (272) ☒ (273) ☒ (274) ☒ (275) ☒ (276) ☒ (277) ☒ (278) ☒ (279) ☒ (280) ☒ (281) ☒ (282) ☒ (283) ☒ (284) ☒ (285) ☒ (286) ☒ (287) ☒ (288) ☒ (289) ☒ (290) ☒ (291) ☒ (292) ☒ (293) ☒ (294) ☒ (295) ☒ (296) ☒ (297) ☒ (298) ☒ (299) ☒ (300) ☒ (301) ☒ (302) ☒ (303) ☒ (304) ☒ (305) ☒ (306) ☒ (307) ☒ (308) ☒ (309) ☒ (310) ☒ (311) ☒ (312) ☒ (313) ☒ (314) ☒ (315) ☒ (316) ☒ (317) ☒ (318) ☒ (319) ☒ (320) ☒ (321) ☒ (322) ☒ (323) ☒ (324) ☒ (325) ☒ (326) ☒ (327) ☒ (328) ☒ (329) ☒ (330) ☒ (331) ☒ (332) ☒ (333) ☒ (334) ☒ (335) ☒ (336) ☒ (337) ☒ (338) ☒ (339) ☒ (340) ☒ (341) ☒ (342) ☒ (343) ☒ (344) ☒ (345) ☒ (346) ☒ (347) ☒ (348) ☒ (349) ☒ (350) ☒ (351) ☒ (352) ☒ (353) ☒ (354) ☒ (355) ☒ (356) ☒ (357) ☒ (358) ☒ (359) ☒ (360) ☒ (361) ☒ (362) ☒ (363) ☒ (364) ☒ (365) ☒ (366) ☒ (367) ☒ (368) ☒ (369) ☒ (370) ☒ (371) ☒ (372) ☒ (373) ☒ (374) ☒ (375) ☒ (376) ☒ (377) ☒ (378) ☒ (379) ☒ (380) ☒ (381) ☒ (382) ☒ (383) ☒ (384) ☒ (385) ☒ (386) ☒ (387) ☒ (388) ☒ (389) ☒ (390) ☒ (391) ☒ (392) ☒ (393) ☒ (394) ☒ (395) ☒ (396) ☒ (397) ☒ (398) ☒ (399) ☒ (400) ☒ (401) ☒ (402) ☒ (403) ☒ (404) ☒ (405) ☒ (406) ☒ (407) ☒ (408) ☒ (409) ☒ (410) ☒ (411) ☒ (412) ☒ (413) ☒ (414) ☒ (415) ☒ (416) ☒ (417) ☒ (418) ☒ (419) ☒ (420) ☒ (421) ☒ (422) ☒ (423) ☒ (424) ☒ (425) ☒ (426) ☒ (427) ☒ (428) ☒ (429) ☒ (430) ☒ (431) ☒ (432) ☒ (433) ☒ (434) ☒ (435) ☒ (436) ☒ (437) ☒ (438) ☒ (439) ☒ (440) ☒ (441) ☒ (442) ☒ (443) ☒ (444) ☒ (445) ☒ (446) ☒ (447) ☒ (448) ☒ (449) ☒ (450) ☒ (451) ☒ (452) ☒ (453) ☒ (454) ☒ (455) ☒ (456) ☒ (457) ☒ (458) ☒ (459) ☒ (460) ☒ (461) ☒ (462) ☒ (463) ☒ (464) ☒ (465) ☒ (466) ☒ (467) ☒ (468) ☒ (469) ☒ (470) ☒ (471) ☒ (472) ☒ (473) ☒ (474) ☒ (475) ☒ (476) ☒ (477) ☒ (478) ☒ (479) ☒ (480) ☒ (481) ☒ (482) ☒ (483) ☒ (484) ☒ (485) ☒ (486) ☒ (487) ☒ (488) ☒ (489) ☒ (490) ☒ (491) ☒ (492) ☒ (493) ☒ (494) ☒ (495) ☒ (496) ☒ (497) ☒ (498) ☒ (499) ☒ (500) ☒ (501) ☒ (502) ☒ (503) ☒ (504) ☒ (505) ☒ (506) ☒ (507) ☒ (508) ☒ (509) ☒ (510) ☒ (511) ☒ (512) ☒ (513) ☒ (514) ☒ (515) ☒ (516) ☒ (517) ☒ (518) ☒ (519) ☒ (520) ☒ (521) ☒ (522) ☒ (523) ☒ (524) ☒ (525) ☒ (526) ☒ (527) ☒ (528) ☒ (529) ☒ (530) ☒ (531) ☒ (532) ☒ (533) ☒ (534) ☒ (535) ☒ (536) ☒ (537) ☒ (538) ☒ (539) ☒ (540) ☒ (541) ☒ (542) ☒ (543) ☒ (544) ☒ (545) ☒ (546) ☒ (547) ☒ (548) ☒ (549) ☒ (550) ☒ (551) ☒ (552) ☒ (553) ☒ (554) ☒ (555) ☒ (556) ☒ (557) ☒ (558) ☒ (559) ☒ (560) ☒ (561) ☒ (562) ☒ (563) ☒ (564) ☒ (565) ☒ (566) ☒ (567) ☒ (568) ☒ (569) ☒ (570) ☒ (571) ☒ (572) ☒ (573) ☒ (574) ☒ (575) ☒ (576) ☒ (577) ☒ (578) ☒ (579) ☒ (580) ☒ (581) ☒ (582) ☒ (583) ☒ (584) ☒ (585) ☒ (586) ☒ (587) ☒ (588) ☒ (589) ☒ (590) ☒ (591) ☒ (592) ☒ (593) ☒ (594) ☒ (595) ☒ (596) ☒ (597) ☒ (598) ☒ (599) ☒ (600) ☒ (601) ☒ (602) ☒ (603) ☒ (604) ☒ (605) ☒ (606) ☒ (607) ☒ (608) ☒ (609) ☒ (610) ☒ (611) ☒ (612) ☒ (613) ☒ (614) ☒ (615) ☒ (616) ☒ (617) ☒ (618) ☒ (619) ☒ (620) ☒ (621) ☒ (622) ☒ (623) ☒ (624) ☒ (625) ☒ (626) ☒ (627) ☒ (628) ☒ (629) ☒ (630) ☒ (631) ☒ (632) ☒ (633) ☒ (634) ☒ (635) ☒ (636) ☒ (637) ☒ (638) ☒ (639) ☒ (640) ☒ (641) ☒ (642) ☒ (643) ☒ (644) ☒ (645) ☒ (646) ☒ (647) ☒ (648) ☒ (649) ☒ (650) ☒ (651) ☒ (652) ☒ (653) ☒ (654) ☒ (655) ☒ (656) ☒ (657) ☒ (658) ☒ (659) ☒ (660) ☒ (661) ☒ (662) ☒ (663) ☒ (664) ☒ (665) ☒ (666) ☒ (667) ☒ (668) ☒ (669) ☒ (670) ☒ (671) ☒ (672) ☒ (673) ☒ (674) ☒ (675) ☒ (676) ☒ (677) ☒ (678) ☒ (679) ☒ (680) ☒ (681) ☒ (682) ☒ (683) ☒ (684) ☒ (685) ☒ (686) ☒ (687) ☒ (688) ☒ (689) ☒ (690) ☒ (691) ☒ (692) ☒ (693) ☒ (694) ☒ (695) ☒ (696) ☒ (697) ☒ (698) ☒ (699) ☒ (700) ☒ (701) ☒ (702) ☒ (703) ☒ (704) ☒ (705) ☒ (706) ☒ (707) ☒ (708) ☒ (709) ☒ (710) ☒ (711) ☒ (712) ☒ (713) ☒ (714) ☒ (715) ☒ (716) ☒ (717) ☒ (718) ☒ (719) ☒ (720) ☒ (721) ☒ (722) ☒ (723) ☒ (724) ☒ (725) ☒ (726) ☒ (727) ☒ (728) ☒ (729) ☒ (730) ☒ (731) ☒ (732) ☒ (733) ☒ (734) ☒ (735) ☒ (736) ☒ (737) ☒ (738) ☒ (739) ☒ (740) ☒ (741) ☒ (742) ☒ (743) ☒ (744) ☒ (745) ☒ (746) ☒ (747) ☒ (748) ☒ (749) ☒ (750) ☒ (751) ☒ (752) ☒ (753) ☒ (754) ☒ (755) ☒ (756) ☒ (757) ☒ (758) ☒ (759) ☒ (760) ☒ (761) ☒ (762) ☒ (763) ☒ (764) ☒ (765) ☒ (766) ☒ (767) ☒ (768) ☒ (769) ☒ (770) ☒ (771) ☒ (772) ☒ (773) ☒ (774) ☒ (775) ☒ (776) ☒ (777) ☒ (778) ☒ (779) ☒ (780) ☒ (781) ☒ (782) ☒ (783) ☒ (784) ☒ (785) ☒ (786) ☒ (787) ☒ (788) ☒ (789) ☒ (790) ☒ (791) ☒ (792) ☒ (793) ☒ (794) ☒ (795) ☒ (796) ☒ (797) ☒ (798) ☒ (799) ☒ (800) ☒ (801) ☒ (802) ☒ (803) ☒ (804) ☒ (805) ☒ (806) ☒ (807) ☒ (808) ☒ (809) ☒ (810) ☒ (811) ☒ (812) ☒ (813) ☒ (814) ☒ (815) ☒ (816) ☒ (817) ☒ (818) ☒ (819) ☒ (820) ☒ (821) ☒ (822) ☒ (823) ☒ (824) ☒ (825) ☒ (826) ☒ (827) ☒ (828) ☒ (829) ☒ (830) ☒ (831) ☒ (832) ☒ (833) ☒ (834) ☒ (835) ☒ (836) ☒ (837) ☒ (838) ☒ (839) ☒ (840) ☒ (841) ☒ (842) ☒ (843) ☒ (844) ☒ (845) ☒ (846) ☒ (847) ☒ (848) ☒ (849) ☒ (850) ☒ (851) ☒ (852) ☒ (853) ☒ (854) ☒ (855) ☒ (856) ☒ (857) ☒ (858) ☒ (859) ☒ (860) ☒ (861) ☒ (862) ☒ (863) ☒ (864) ☒ (865) ☒ (866) ☒ (867) ☒ (868) ☒ (869) ☒ (870) ☒ (871) ☒ (872) ☒ (873) ☒ (874) ☒ (875) ☒ (876) ☒ (877) ☒ (878) ☒ (879) ☒ (880) ☒ (881) ☒ (882) ☒ (883) ☒ (884) ☒ (885) ☒ (886) ☒ (887) ☒ (888) ☒ (889) ☒ (890) ☒ (891) ☒ (892) ☒ (893) ☒ (894) ☒ (895) ☒ (896) ☒ (897) ☒ (898) ☒ (899) ☒ (900) ☒ (901) ☒ (902) ☒ (903) ☒ (904) ☒ (905) ☒ (906) ☒ (907) ☒ (908) ☒ (909) ☒ (910) ☒ (911) ☒ (912) ☒ (913) ☒ (914) ☒ (915) ☒ (916) ☒ (917) ☒ (918) ☒ (919) ☒ (920) ☒ (921) ☒ (922) ☒ (923) ☒ (924) ☒ (925) ☒ (926) ☒ (927) ☒ (928) ☒ (929) ☒ (930) ☒ (931) ☒ (932) ☒ (933) ☒ (934) ☒ (935) ☒ (936) ☒ (937) ☒ (938) ☒ (939) ☒ (940) ☒ (941) ☒ (942) ☒ (943) ☒ (944) ☒ (945) ☒ (946) ☒ (947) ☒ (948) ☒ (949)

AVERBADO



Ata de Alteração do Estatuto e de Confirmação dos Eleitos para os Cargos de 2º Secretário e 2º Tesoureiro da Associação Lar Comunitário

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, às dezesseis horas, na cidade de POÇÕES, BA, reuniram-se na sede da Associação, os associados da Associação Lar Comunitário, com o propósito de realizar adequações e alterações no Estatuto e confirmar cargos de membros da diretoria, conforme convocação de Assembléia Geral Extraordinária específica para tal, atendendo exigência contida no Ofício nº 14868/2014/SEI-MC de 09 de outubro de 2014, do Ministério das Comunicações. Após iniciados os trabalhos, o novo texto do Estatuto, com as alterações necessárias, foi lido e debatido com todos os presentes. Terminada a leitura, foi feita a votação, sendo a nova redação do Estatuto aprovada por unanimidade. A seguir, foi solicitado a todos os presentes que se pronunciassem sobre a indicação para o cargo de 2º Secretário de SILVANA SILVA DE CARVALHO, CPF 011.918.755-80, RG 0897099699 e para o cargo de 2º Tesoureiro de EDUARDO SILVA BORBA, CPF 474.685.305-30 e RG 304559792, ambos eleitos para a atual diretoria mas apenas como suplentes, sem que tivessem sido definidos os cargos. Colocada a proposta em votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados às dezoito horas e vinte e cinco minutos, sendo lavrada a presente ata que vai assinada por mim, ROBERTO RENAN DE MACEDO, 1º Secretário, e pelos associados abaixo:

Marilene Moreira Andrade

Roberto Renan Macedo

Noélia Alves Gomes

Lêda de Sena Nery

Silvana Silva de Carvalho

Eduardo Silva Borba

Marilene Moreira Andrade

Roberto Renan Macedo

Noélia Alves Gomes

Lêda de Sena Nery

Silvana Silva de Carvalho

Eduardo da Silva Borba

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE POÇÕES / B
TABELIÃ: LIVIA LIANA ALVES ARAUJO

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia confere com o original. Dou fe.
Poções, BA, 18/11/2014

Em testemunho da verdade
SIMONE SANTOS LEMOS
ESCREVENTE DE CARTÓRIO

Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções / BA
Tel: (77) 3431-1640
Total Emul: 3,30

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial do Registro
1230.AB032654-8
Consulte o selo em www.tjba.jus.br para autenticidade

RECONHECIMENTO DE ASSINATURAS RETRO OU SUPRA
ASSINATURAS RECONHECIDAS POR SEMELHANÇA
POÇÕES - BA, 18/11/2014
1230.AB031616-0
1230.AB031616-8
1230.AB031617-8
1230.AB031618-4

Simone Santos Lemos

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - COMARCA DE POÇÕES - BA
CNPJ-MF 13.243.076/0001-90

Protocolo n° 01/130 Folia 024 Livro 05

Certifico e do. fe. ju. 13.243.076/0001-90 (3) (1) Assinado () Estatuto de

Constituição (X) Atto. Ju. 13.243.076/0001-90 (1) Assinado () Estatuto de
Lar Comunitário Associação

Livro n° A-17 Reg. P. Jurídica 129/140 Livro n° 1.298

Ocorrência (s): Alteração de ato, referente
ao reg n° 1.290 do livro A-17

Poções (BA), 08 de Junho de 2014

I. Valentino Sarno Netto - Oficial Registrador e Especialista

Deix. Série 011, N° 463819, R\$ 254,68



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE POÇÕES / B
TABELIÃO: LIVIA LIANA ALVES ARAÚJO

AUTENTICAÇÃO
A presente cópia confere com o original. Dou fé.
Poções, BA 26/2/2014

Em testemunho da verdade
SIMONE SANTOS LEMOS
ESCREVENTE DE CARTÓRIO

Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções / BA
Tel: (77) 3431-1640
Total Emol: 5,30



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NÃO PLASTIFICAR



Marilene Moreira Andrade

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

00.784.238-48 03-08-2011

MARILENE MOREIRA ANDRADE

NERCIDES ANDRADE

ERNESTINA MOREIRA ANDRADE

POÇÕES BA

C.NAS. CM POÇÕES BA DS

SEDE LV 024 FL 32V RT 2928

166.817.895-87

Francilda Maria da Oliveira

28-04-1944

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

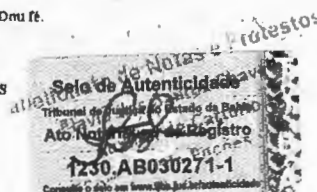
TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE POÇÕES / B
TABELIÃ: LIVIA LIANA ALVES ARAÚJO

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia confere como o original. Dm st.
Poções, BA 25/11/2014

Em testemunho *Flávia dos Santos Chaves* da verdade
FLÁVIA DOS SANTOS CHAVES
ESCREVENTE AUTORIZADA

Rua Clemente freire, 105, Centro, Poções / BA
Tel: (77) 3431-1640
Total Emol: 3,30



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO ALVES		REGISTRO 12107225 85 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/11/2001	
NOME LEDA DE SENA NERY		DATA DE NASCIMENTO 27/07/1944	
FILIAÇÃO AGOSTINHO VICENTE NERY ZULMIRA DE SENA NERY		NATURALIDADE POCOES BA	
DOB ORIGEM CER-NAS CM-POCOES BA		DST-SEDE L-018 F-174 R-000000	
CPF 246153317 20		ASSINATURA DO DIRETOR <i>Vicente Loraucio</i>	
LEV Nº 7.116 DE 29/08/83			

ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO ALVES	
POLGARS DIREITO 	
ASSINATURA DO TITULAR <i>Leda de Sena Nery</i>	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	

Selo de Autenticidade
 Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
 Ato Notarial ou de Registro
1230.AB030384-8
 Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

CERTIFICADO QUE A PRESENTE CÓPIA
 CONFERE COM O ORIGINAL
 POCOES - BA 25/11/14
 TABELÃO

105 P. 105
 105 P. 105
 105 P. 105



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE POÇOS II
TABELIA: LIVIA LIANA ALVES ARAÚJO

AUTENTICAÇÃO
A presente cópia confere como o original. Dou fe.
Poços, BA, 14/05/2014

Em testemunho da veracidade
SIMONE SANTOS LEMOS
ESCREVENTE DE CARTÓRIOS

Rua Clemente Freira, 105, Centro, Poços / BA
Tel: (77) 3431-1640
Total Emol: 3,30



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA **IS - 30**

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELO



Silvana Silva de Carvalho

ASSINATURA: FVTTLA

CARTERA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

08970996 99 19/10/2004

SILVANA SILVA DE CARVALHO

JOSE ANTONIO DE CARVALHO
JOSELITA FERNANDES DA SILVA

POÇOS BA 31/07/1982

CER-NAS CM-V DA CONQUISTA BA

DST-1 DE POÇOS DE F-92V R-057640

011918755 80

Silvana U. de P. L. de C.

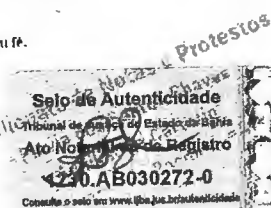
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TABULIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE POÇOS / B
TARELIÁ: LIVIA LIANA ALVES ARAÚJO

AUTENTICAÇÃO
A presente cópia confere como o original. Dou fe.
Poços, BA 20/11/2014

Em testemunho da verdade
FLAVIA DOS SANTOS CHAVES
ESCREVENTE AUTORIZADA

Rua Clemente freire, 105, Centro, Poços / BA
Tel: (77) 3431-1640
Total Emol: 3,30



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO NELLO

NÃO PLASTIFICAR



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GUEZ & SOUZA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03.045-597-92 29-04-2010

EDUARDO DA SILVA BORBA

MANOEL CHAVES BORBA

CARMÔZINA MARIA DA SILVA

POÇÕES BA 15-04-1968

C.NAS. CM POÇÕES BA DS
SEDE LV 00045 FL 129 RT 0021741
474.685.305-30

Francilda M. de Oliveira *font*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GUEZ & SOUZA

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE POÇÕES/B
TABELIÃ: LIVIA LIANA ALVES ARAÚJO

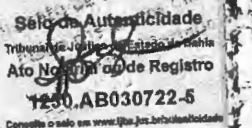
AUTENTICAÇÃO

A presente cópia confere como o original. Dou fé.
Poções, BA 27/11/2014

Em testemunho

8 da verdade
FLÁVIA DOS SANTOS CHAVES
ESCREVENTE AUTORIZADA

Rua Clemente Freire, 105, Centro, Poções / BA
Tel: (77) 3431-1640
Total Emol: 3,30





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO LAR COMUNITARIO

CNPJ: 16.232.571/0001-91

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado réver os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:15:19 do dia 08/01/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/02/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

--

Imprimir

Voltar

Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Memo. nº 114/2015/SEI-MC

São Paulo, 19 de janeiro de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga.**

1. Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

<u>CNPJ</u>	<u>Entidade</u> <u>Localidade</u>
01.834.839/0001-98	1. Associação Comunitária Cantagalense de Radiodifusão Tres Rios/RJ
02.151.771/0001-05	2. Associação de Radiodifusão de Cumaru Cumaru-PE
16.232.571/0001-91	3. Associação Lar Comunitário Poções/BA
01.474.784/0001-52	4. Associação Comunitária de Radiodifusão Dom Othon Motta Campanha/MG
02.482.914/0001-61	5. Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha Pratinha/MG
02.565.746/0001-78	6. Associação Comunitária Esperança de Iguatemi - ACEI Iguatemi/MS
02.760.611/0001-63	7. Associação Cachoeirense de Integração e Comunicação Ouro Preto/MG
02.697.083/0001-45	8. Associação Local de Obras Assistenciais Ferraz de Vasconcelos/SP
03.037.731/0001-08	9. Associação Cultural Comunitária de Três Lagoas Três Lagoas/MS
02.598.748/0001-63	10. Associação Palmaciana da Comunidade Sede - ASPACS Palmácia/CE
03.076.276/0001-41	11. Associação Rádio Vida Cachoeira do Sul/RS
02.727.039/0001-30	12. Rádio Comunitária Nova Lima FM Nova Lima/MG

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 19/01/2015, às 13:30, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0330665** e o código CRC **B0DF5345**.

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM**Identificação do Pedido RADCOM**

UF: BA
Município: Poções
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Poções
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO LAR COMUNITARIO
Nome Fantasia: 'RADIO COMUNITARIA LIBERDADE FM'
Logradouro: RUA BERNARDES FAGUNDES, 98 --SANTA RITA
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 16.232.571/0001-91
Bairro: SANTA RITA
Número:
Fax: Não Informado

☐ **Dados da Outorga****Dados da Entidade**

CNPJ: 16232571000191

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIACAO LAR COMUNITARIO
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil-
Cep: 45260000
Número:
Município: Poções
Telefone:

Logradouro: RUA BERNARDES FAGUNDES, 98 - SANTA RITA
Complemento:
Distrito: Poções
Bairro: SANTA RITA
SubDistrito:
Fax:

UF: BA

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Cep: 45260000
Número:
Município: Poções

Logradouro: PRACA MONSENHOR HONORATO, S/N - CENTRO
Complemento:
Distrito: Poções
Bairro: CENTRO
SubDistrito:

UF: BA

Telefone: Fax: E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação
Contrato/Convênio: 14/11/2001

Data Limite Instalação: 04/04/2020

Número do Processo: 536400011751998

Fistel: 50011681390

Caixa:

Sequência:

☐ **Documentos Emitidos****Atualização de Documentos**

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
661	Portaria	MC	14/11/2001	28/11/2001	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▾
27453	ATO	SCM	23/07/2002	25/07/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾
646	Decreto Legislativo	CN	01/10/2003	02/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾

Autoriza o Uso

42998 ATO SCM 09/03/2004 11/03/2004 de Radiofrequência de RADCOM Téc.

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

Tela Inicial Imprimir

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

Processo nº: **53900.011031/2015-01**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO**

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Poções, Estado da Bahia.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 26/05/2015, às 10:10, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0398165** e o código CRC **82413D49**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 16/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.062556/2013-89**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Lar Comunitário**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Poções/BA**, por meio da Portaria nº **661**, publicada no DOU de 28/11/2001, e Decreto Legislativo nº **646**, publicado no DOU de 02/10/2003.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 02/10/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 30/10/2013, página 02 do evento SEI 0059812, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
Associação Lar Comunitário

QUADRO DIRETIVO

- Marilene Moreira Andrade - Presidente
- Noélia Alves Gomes - Vice Presidente
- Roberto Renan de Macêdo - Secretário
- Lêda de Sena Nery - Tesoureiro
- Silvana Silva de Carvalho - 2º Secretário
- Eduardo Silva Borba - 2º Tesoureiro

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 02 a 20 do evento SEI nº 0299504 do documento 53900.037322/2014-31
	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente	Ok, páginas 02/04 e

2.	registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	13/15 do evento SEI nº 0175901 documento 53900.020518/2014-96 e páginas 21/22 do evento SEI nº 0299504 , documento 53900.037322/2014-31.
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 16 a 19 do evento SEI 0175901 , documento 53900.020518/2014-96 e páginas 23 a 26 do evento SEI 0299504 , documento 53900.037322/2014-31.
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 26 do evento SEI 0059812 .
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 27 do evento SEI 0059812 .
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 03 do evento SEI 0059812 .

7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 18 a 24 do evento SEI 0059812.
----	--	--

4. Não existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI (0398165), processo anexado 53900.011031/2015-01.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline de Almeida Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 29/05/2015, às 12:47, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Delegado Substituto**, em 08/06/2015, às 09:02, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 01/07/2015, às 14:08, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 20/07/2015, às 12:08, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1237852



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 04/08/2015, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0306779** e o código CRC **BE9956BA**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.062556/2013-89**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 02/10/2013, a autorização outorgada à **Associação Lar Comunitário**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Poções/BA**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.062556/2013-89 e nº 53640.001175/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 02/10/2013, a autorização outorgada à Associação Lar Comunitário, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Poções/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Não Possui.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

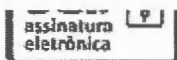
	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por lucas.carvalho, versão 2 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:17:37.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: 53900.030496/2015-53

De ordem, encaminhe-se ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Christiane Miranda de Araujo**,
Assistente Técnico, em 22/06/2015, às 11:54, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC
89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>
informando o código verificador **0565335** e o código CRC **91235FFD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por denielle.silva, versão 2 por denielle.silva em 22/06/2015 11:28:21.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

DESPACHO

Processo nº: **53900.030496/2015-53**

Referência: **PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC - CUNJUR.**

Interessado: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária..

De ordem do Sr. Diretor, encaminho o processo em referência à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Sergio Martins Leite, Técnico CDT**
Nível V - Atividades de Complexidade Gerencial, em 22/06/2015, às 12:15, conforme art.
3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>
informando o código verificador **0565526** e o código CRC **74792606**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por evandro.leite, versão 2 por evandro.leite em 22/06/2015 12:15:13.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.062556/2013-89

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, SEI 0580075), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	x		02 SEI 0059812
1.1	O requerimento é tempestivo	x		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		26 SEI 0059812
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	x		27 SEI 0059812
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	x		03 SEI 0059812
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	x		02 a 20 SEI 0299504 do documento 53900.037322/2014-31
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	x		02 a 04 e 13 a 15 SEI 0175901 do documento 53900.020518/2014-96 21 a 22 SEI 0299504 do documento 53900.037322/2014-31
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	x		16 a 19 SEI 0175901 do documento 53900.020518/2014-96 23 a 26 SEI 0299504 do documento 53900.037322/2014-31
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	x		18 a 24 SEI 0059812

9	Relatório de apuração de infrações	x		SEI 0398165 - processo 53900.011031/2015-01
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		x	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		x	



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 15/07/2015, às 13:52, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0583058** e o código CRC **00DB9F43**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PORTARIA Nº 3594/2015/SEI-MC

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.062556/2013-89 e nº 53640.001175/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 02/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Poções/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:44, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644325** e o código CRC **8ED4FA95**.

EM Nº 513/2015/SEI-MC

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.062556/2013-89**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 02/10/2013, a autorização outorgada à **Associação Lar Comunitário**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Poções/BA**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:44, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644330** e o código CRC **A9A3DDAC**.



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.589, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.060033/2013-06 e nº 53770.000599/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CANTAGALENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Três Rios/RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.590, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.029406/2013-63 e nº 53770.001290/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DOM OTHON MOTTA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Campanha/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.591, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057353/2011-17 e nº 53770.000774/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 29/03/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Pratinha/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.592, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.048613/2013-17 e nº 53770.001732/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CACHOEIRENSE DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ouro Preto/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.594, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.062556/2013-89 e nº 53640.001175/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 02/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Poções/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.595, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057226/2011-18 e nº 53700.000404/1999-86, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE TRÊS LAGOAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Três Lagoas / MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.596, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.067636/2013-21 e nº 53830.002114/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO LOCAL DE OBRAS ASSISTENCIAIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ferraz de Vasconcelos / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.597, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058142/2013-93 e nº 53103.000775/1998-61, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 14/12/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE CUMARU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cumaru / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.598, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059736/2013-83 e nº 53700.001622/1998-10, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESPERANÇA DE IGUAQUEMI - ACEI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de IguaqueMI/MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.599, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.071201/2013-81 e nº 53650.002580/1998-12, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PALMACIANA DA COMUNIDADE SEDE - ASPACS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Palmácia/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.600, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.005567/2013-61 e nº 53790.001203/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dom Feliciano/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.601, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058134/2011-47 e nº 53710.01053/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28/06/2011, a autorização outorgada à RADIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de NOVA LIMA/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.062556/2013-89

Referência: Portaria nº 3.594, de 19 de agosto de 2015.

Interessado: Associação Lar Comunitário

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 25/08/2015, da Portaria nº 3.594, de 19/08/2015, que *“Renova a autorização outorgada à Associação Lar Comunitário, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Poções-BA”*, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 27 de agosto de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 27/08/2015, às 15:43, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0688093** e o código CRC **AC5891ED**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.062556/2013-89**

Entidade: **Associação Lar Comunitário**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 3594, de 19/08/2015, no Diário Oficial da União de 25/08/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Poções/BA**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n º **53000.062556/2013-89**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 01/09/2015, às 17:03, conforme art.
3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0692575** e o código CRC **5A853C12**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

DESPACHO

Processo nº: 53000.062556/2013-89

Interessado: Associação Lar Comunitário

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 14 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 15/10/2015, às 11:10, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0768978** e o código CRC **45922FDE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

EM Nº 679/2015/SEI-MC

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.062556/2013-89, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 02/10/2013, a autorização outorgada à Associação Lar Comunitário, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Poções/BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, Ministro de Estado das Comunicações, em 01/12/2015, às 09:56, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0778436** e o código CRC **DB805686**.

EM nº 00014/2016 MC

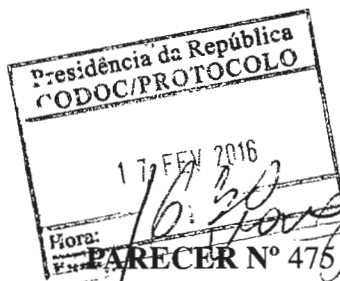
Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.062556/2013-89, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 02/10/2013, a autorização outorgada à Associação Lar Comunitário, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Poções/BA.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima



2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar

requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO
PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI M	NÃ O	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque